BOLETIM SEMANAL
DO DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

ANGOLA

E ÁFRICA AUSTRAL

ÍNDICE

Palestra do Cda. Dilolwa sobre Emulação Socialista

Número Experimental – 2 16-4-77

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

EMULAÇÃO SOCIALISTA

PALESTRA PROFERIDA PELO CAMARADA CARLOS ROCHA (DILOLWA) NO PRIMEIRO CURSO DE MONITORES DA ESCOLA DO PARTIDO — MARÇO DE 1977

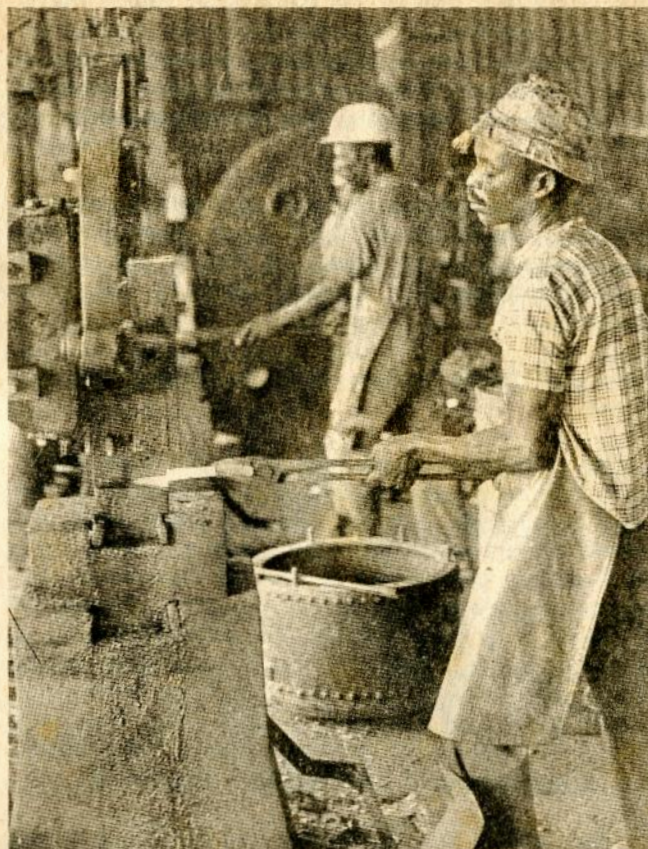
Angola não é um País socialista, mas Angola está a caminhar para o socialismo. Portanto, nós devemos estudar atentamente a sociedade socialista. Hoje em dia em Angola já devemos ter mais preocupação em estudar a sociedade socialista do que estudar a sociedade capitalista. A sociedade capitalista é o que está a ficar para trás, a sociedade socialista é o que está para vir, e devemos estudar com mais atenção o que está para vir, porque a gente vai trabalhar para o que está para vir, o socialismo.

Vamos pois estudar atentamente, como é o trabalho no socialismo, o carácter do trabalho no socialismo. No socialismo, a força de trabalho (quer dizer: a força do homem) deixa de ser uma mercadoria. Os camaradas aprenderam aqui, que no capitalismo a força de trabalho é uma mercadoria porque produz mais valia; no socialismo já não é. Portanto, no socialismo, o trabalhador está livre de toda e qualquer exploração. Por conseguinte cada trabalhador no socialismo trabalha para si próprio, não trabalha para o capitalista.

Mas é preciso compreender bem o que é trabalhar para si próprio, camaradas. Trabalhar para si próprio não significa que nós trabalhemos numa fábrica de sapatos e depois dividamos os sapatos entre nós! Cuidado!

Porque aqui em Angola há essa mania. Os trabalhadores da CUCA querem dividir uma boa parte das grades entre si, os trabalhadores da FTU querem dividir uma boa parte dos cigarros entre si. Isso não pode ser. Agora os camaradas vão imaginar que isso se generalizava: então os trabalhadores do petróleo iam dividir o petróleo entre si; os trabalhadores da DIAMANG iam dividir os diamantes entre si — para fazerem a Kamanga geral —; os trabalhadores da SONEFE iam dividir a electricidade entre si! Não pode ser!

Camaradas, esta ideia que existe agora em Angola, também existiu nos outros países. Nos outros países os trabalhadores também pensavam que o que produziam deveria ser repartido entre si. Na Alemanha, que era o país que no século XIX estava mais avançado nas ideias revolucionárias (os camaradas não se esqueçam que Marx e Engels eram alemães) o próprio partido fez um programa, programa do partido, em que disse: bem, agora, depois do socialismo vamos dividir já as coisas pelos trabalhadores. O próprio partido...

Então Marx teve que escrever um livro que é «Crítica ao Programa de Gotha» em que disse que não era assim. Que tem que haver um excedente de produção no socialismo, um sobreproduto que fica com o Estado para distribuir da melhor maneira, porque há certos investimentos que nós temos que

fazer e que não podem ser a nível individual. Há investimentos com a Saúde, com a Educação, com as estradas, etc., e mesmo com a Defesa do País que não podem ser feitos por indivíduos, só podem ser feitos pelo Estado. É um dos livros muito importantes que os camaradas devem ler, é a «Crítica ao Programa de Gotha», de Karl Marx.

Portanto quando nós dizemos que no socialismo o trabalhador está a trabalhar para si, isto quer dizer que não há capitalista. O trabalhador recebe o seu salário, há um sobreproduto que vai para o Estado, mas esse Estado não é o Estado capitalista. É um Estado socialista, que trabalha para o Povo. Portanto, o excedente depois de ir para o Estado volta outra vez para o Povo de outra maneira: através de hospitais, escolas, campos de aviação, estradas, etc.

Isto é, vai ao Estado para voltar ao Povo.

No capitalismo, camaradas, o trabalho do produtor, daquele que produz, do operário, apresenta-se como trabalho privado e só no mercado é que esse trabalho privado mostra o seu carácter social. Por exemplo: o produtor produz a mercadoria — por exemplo: o camponês produz a batata — e ele não sabe se aquela batata é socialmente necessária. Só quando ele vai ao mercado, quando a batata é vendida, é que ele sabe que a batata é necessária. Se não for vendida, se apodrece, compreende que a batata não é socialmente necessária.

No socialismo não. No socialismo, como se produz de acordo com o Plano, já se sabe que se está

a produzir de acordo com as necessidades sociais, o trabalho tem imediatamente um carácter social.

No capitalismo a posição de um homem mede-se consoante a riqueza. Os camaradas sabem muito bem, aqui em Angola, que a posição de um homem media-se consoante a riqueza. s camaradas viam o Vinhas da «Cuca». Era um homem de «banga» não? Um homem de «banga», que mandava «kumbu» não?

O homem que era dono aí do Banco Comercial de Angola, do Banco de Crédito, isto eram homens que a gente só via de longe, só via que era pessoa muito importante, que estava a passar, que tinha riqueza.

A posição do homem media-se consoante a sua riqueza.

No socialismo a posição do homem na sociedade mede-se de acordo com o seu trabalho. E com a sua capacidade. É o trabalho e a capacidade que determinam a posição do homem, não a riqueza. E assim é que no capitalismo, o filho do capitalista também tem grande posição social. Porquê ? Porque ele vai herdar o dinheiro do pai. No socialismo não. O pai pode ser um engenheiro muito importante, muito considerado, toda a gente diz que esse engenheiro é muito bom, está a inventar muitas máquinas, mas o fiho é um preguiçoso e pronto, não é considerado. O pai é importante, o filho já não é importante.

No trabaho, no capitalismo, o trabalhador como sabia que não trabahava para si, tinha aversão ao trabalho, não gostava de trabalhar. E só trabalhava porque era obrigado a isso. Era obrigado. Se não trabalhasse era posto fora da fábrica ; se fosse posto fora da fábrica não recebia salário; se não recebesse salário ele e a sua família iam morrer de fome.

Pois o trabahador trabalhava porque era obrigado a trabalhar..

Enquanto que no socialismo o trabaho é motivo de honra: quando eu trabalho eu tenho honra em trabalhar. Bem: aqui em Angola nós ainda não estamos no socialismo, a maior parte das pessoas ainda tem aversão ao trabalho, não gosta de trabalhar.

Quer dizer: no tempo do capitalismo, como havia o chicote, trabalhavam. Agora não há chicote e não trabalham. Não trabalham porquê ? Porque têm aversão ao trabalho, porque não gostam de trabalhar, porque era assim que eles eram no tempo do capitalismo, e ainda não têm aquela mentalidade socialista, que é de ter honra de trabalhar.

Mas alguns camaradas já sentem honra de trabalhar e nós estamos a ver que com esta Emulação Socialista que está agora em marcha muita gente está a trabalhar mesmo com gosto. Quer dizer que os angolanos já começaram a ter honra de trabalhar. Isto é bom sinal, sinal que as mentalidades começam a mudar.

Agora mais à frente, quando chegar já o comunismo, então o trabalho torna-se uma necessidade vital. Quer dizer que é mais do que no socialismo; no socialismo é uma honra, no comunismo é uma necessidade vital, necessidade fundamental. Uma pessoa trabalha porque sente que tem necessidade.

Os camaradas parece que leram o texto de Engels sobre a transformação do macaco em Homem. Os camaradas podem ver por este texto a função do trabalho. É o trabalho que desenvolve a inteligência das pessoas, camaradas!

Quem não trabalha fica burro, estúpido. Isto é a pura verdade, camaradas. É preciso trabalhar para desenvolver a cabeça. E no comunismo o homem compreende isso, compreende que o trabalho é uma necessidade vital.

Portanto, no socialismo cada um recebe segundo o seu trabalho: quem trabalha mais, recebe mais, quem trabalha menos, recebe menos, consoante, portanto, a quantidade e a qualidade do trabalho. Porque no socialismo diz-se: de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho.

O socialismo exige que cada pessoa dê o máximo de acordo com a sua capacidade e também retribui a essa pessoa de acordo com o seu trabalho. Quem trabalha mais, recebe mais.

Quando chega o comunismo, então muda: de cada um, segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades.

Isto aí já é mais à frente. Quer dizer, cada um recebe segundo a sua necessidade: eu tenho mais necessidade porque tenho mais família, tenho mais crianças, por isso recebo mais.

De qualquer maneira no socialismo desaparece aquela grande contradição que existe no capitalismo, contradição essa entre aqueles ricaços que não trabalham, levam uma vida ociosa, não fazem nada, só recebem o «kumbu», e aqueles outros que trabalham e que, de vez em quando são forçados a não trabalhar porque são despedidos das fábricas, ficam desempregados. Quer dizer: levam vida ociosa não porque queiram, mas porque são forçados a levar vida ociosa.

Essa contradição desaparece, e no socialismo toda a gente tem direito ao trabalho. Quer dizer que uma pessoa não pode dizer: «Ah, o Francisco não trabalha, não pode». Mas o Francisco quer trabalhar, não trabalha porquê ? Porque não há emprego ? Não pode ! No socialismo toda a gente tem direito a trabalhar e o trabalho é motivo de honra. No capitalismo não. Actualmente nos países capitalistas há milhões e milhões, dois, três, quatro, oito, nove, dez milhões de pessoas desempregadas, que querem trabalhar e não têm emprego. No socialismo isto não existe.

Mas, camaradas, é preciso compreender bem isto, o que quer dizer ter direito ao emprego. Porque no outro dia a nossa rádio «Angola Combatente» cometeu um erro, foi ler uma carta anónima dum camarada que escreveu para a Rádio: 80 angolanos foram pedir trabalho à ETP e a ETP não deu trabalho. Como é que isto é possível se no socialismo toda a gente tem direito ao trabalho ? Ora, camaradas, o camarada que escreveu esta carta, está errado, o

camarada que leu esta carta na Rádio está errado. Porque nós em Angola ainda não estamos no estádio do socialismo, não somos ainda um país socialista, estamos a caminhar para o socialismo.

Por conseguinte: nós ainda não podemos garantir o direito ao trabalho.

Na nossa Constituição, da República Popular de Angola, ainda não há garantia do direito ao trabalho. E os camaradas sabem, se lerem a história da União Soviética, vão ver que só em 1930 é que o desemprego desapareceu. E a revolução foi em 1917. Quer dizer que foram precisos 13 anos de trabalho e de organização para acabar com o desemprego.

Como é que esse camarada queria, que depois de um ano, nós, na República Popular de Angola, já acabássemos com o desemprego ? Era impossível. Nós ainda nem sequer atingimos o nível de 1973!

Portanto, todas as coisas devem ser bem compreendidas. O militante do MPLA é aquele que reflecte sobre os problemas, pensa bem, pensa com calma e decide com firmeza.

EMULAÇÃO SOCIALISTA

Aquilo tudo que eu disse é para facilitar a compreensão do que eu vou dizer sobre emulação socialista.

No capitalismo existem os estímulos para produzir, que é por exemplo a avidês do lucro, querer o lucro; o capitalista quer o lucro, então ele faz tudo para os seus trabalhadores trabalharem. Outra coisa que faz aumentar a produção no capital é a concorrência. O capitalista diz : se a minha mercadoria não for mais barata eu vou para a falência e perco todo o meu dinheiro.

Agora, para o trabalhador produzir (isto é para o capitalista dinamizar a produção) também o capitalista introduz certos estímulos materiais. Ele dá prémios àqueles trabalhadores que mais produzem, no capitalismo e aqui em Angola também havia disso.

Mas o trabalhador quando produzia mais recebia um premiozito, mas o mais importante era a mais-valia que o Vinhas e o Quintas punham no bolso e iam gozar com aquela mais-valia, com aquele lucro.

Portanto os capitalistas utilizavam naquele tempo o estímulo material, mas com o objectivo fundamental de produzir maior volume de mais-valia, de lucro capitalista.

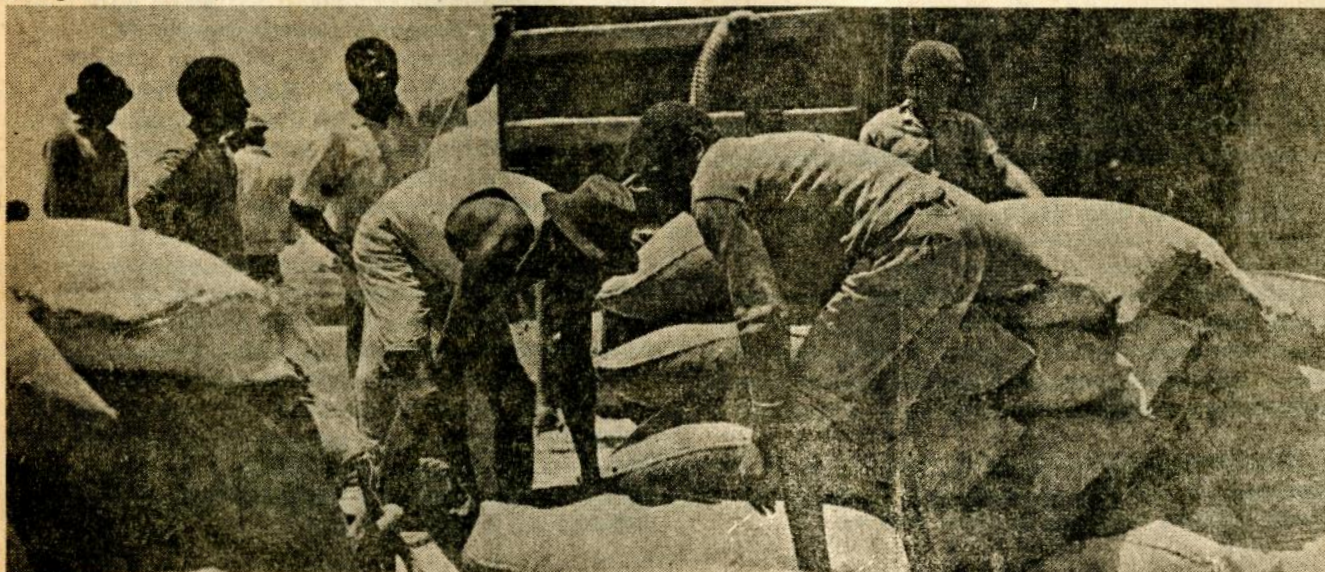
No socialismo também há estímulos. Há por exemplo o interesse material pessoal. Quer dizer : cada pessoa tem interesse material no aumento da produção, porque ele sabe que se produzir mais, ganha mais.

Existe a Emulação — nós vamos depois ver o que é a Emulação Socialista — existem os estímulos morais, quando eu sei que estou a trabalhar para a construção da pátria socialista e a pátria socialista vai reconhecer o meu trabalho, eu vou receber o prémio nacional do trabalhador, temos o trabalhador socialista, portanto a sociedade vai homenagear-me. Isto são estímulos morais.

Há uma frase de Lenine muito importante em que diz : «Há que construir cada um dos ramos da economia sobre a base do interesse pessoal». Isto é : pôr o trabalhador com interesse.

Isto aqui, camaradas, agora em Angola, raramente é seguido. Os camaradas sabem que alguns trabalhadores defendem as ideias do igualitarismo absoluto. É uma tendência anarquista. Eles dizem : nós todos somos trabalhadores, por isso nós todos vamos ganhar a mesma coisa. Isto é muito errado. Porque eu estou a trabalhar no Porto de Luanda, o outro também está, eu não trabalho nada e ganho 5000 Kwanzas e o outro trabalha muito e também ganha 5000 Kwanzas. Então o outro diz : sendo assim eu também vou descansar. E também o outro não trabalha nada e também ganha 5000 Kwanzas.

Essas teorias do igualitarismo são extremamente más e são até conra os trabalhadores. Alguns trabalhadores pensam que é a favor deles, mas é contra eles, porque o trabalhador não tem interesse em que a produção caia. Ele ganha 5000 Kwanzas, a produção caíu, o dinheiro vai perder o valor, isso chama-se inflacção. E a inflacção não é a favor da classe operária, é contra a classe operária.

Agora eu, se trabalho no porto e se no porto há normas de trabalho, eu trabalho pouco, ganho

4000 Kwanzas, o colega ao lado trabalha muito, ganha 6000 Kwanzas, eu digo: eu também quero 6000 Kwanzas — tenho que trabalhar como ele. Se não vou ter 4000 Kwanzas, trabalho pouco. Assim está correcto.

Por conseguinte: o interesse material pessoal significa a distribuição dos bens de consumo segundo a quantidade e a qualidade do trabalho.

Mas o que é Emulação Socialista?

Para já: a Emulação Socialista é completamente diferente da concorrência capitalista. Em regime de concorrência capitalista, as pessoas dizem: há uma luta entre fabricantes, uns morrem, outros vivem nessa luta; portanto a derrota de uns, quer dizer a morte de uns, significa a vitória dos outros. Aqueles que sobrevivem aumentam ainda mais a produção, conquistam os mercados.

A Emulação Socialista diz: deve haver ajuda fraternal daqueles que estão à frente, dos avançados, aos atrasados, para que haja um ascenso geral, para que todos, toda a sociedade suba.

A concorrência capitalista diz: vamos acabar com os atrasados; e na Emulação Socialista nós dizemos: bem, uns estão bem, outros estão mal. Aqueles que estão mal devem alcançar os que estão bem, para haver um ascenso geral.

Portanto a Emulação Socialista é uma competição; um camarada da Textang, quando foi inaugurada a Emulação Socialista, disse que é uma espécie de jogo de futebol, uma competição, uma competição amigável, fraternal entre 2 partes, ou 3 partes, ou 4 partes, ou 5 partes.

Mas esta competição já não é para aniquilar o outro, é para haver ascenso geral; por exemplo aqui em Angola, qando a fábrica de tecidos Textang está a competir com a fábrica de tecidos Satec, a Textang não quer liquidar a Satec, não quer que a Satec feche as portas, porque a Textang sabe que se a Satec fechar as portas, o Povo Angolano é que vai perder. Se a Textang está à frente e continua à frente, e se a Satec está atrás, vai querer apanhar a Textang e ultrapassar a Textang, e a Textang não vai deixar ser ultrapassada pela Satec.

E assim todos sobem. Isto é que é Emulação Socialista.

No processo de emulação têm grande importância os trabalhadores de vanguarda. São aqueles trabalhadores que estão à frente, aqueles trabalhadores que dão o exemplo, que puxam pelos outros. São trabalhadores que dominam perfeitamente a sua técnica.

E também têm grande importância os inovadores; são aqueles outros trabalhadores que inventam coisas, que inventam máquinas, fazem invenções para melhor organizar a produção, organizar o processo produtivo. São os inovadores.

São esses camaradas, os inovadores e os trabalhadores de vanguarda que realmente puxam a emulação, fazem com que a coisa avance.

A Emulação Socialista pressupõe uma difusão da experiência de vanguarda. A experiência da vanguarda espalha-se por toda a parte. E assim a força do exemplo faz aumentar a produção. A força do exemplo faz aumentar a produção através: primeiro, da ajuda, segundo, através do desejo de aprender, terceiro, através de ampla publicidade. Quer dizer: ajuda significa precisamente que aqueles que estão na vanguarda ajudam os outros que estão atrás. Os trabalhadores de vanguarda ajudam os outros que têm menos experiência. E a ajuda também significa instruções pessoais, instruções orais para dizer aos outros como devem trabalhar. Ajuda também significa a chefia pelos mais experimentados; quer dizer: aquele que tem mais experiência tem que sempre chefiar o grupo, isto também é ajuda. O mais experimentado fica a ajudar o grupo, também é uma ajuda, porque ele como chefe pode ajudar mais do que como subordinado.

Ajuda significa também abrir escolas. O desejo de aprender é da parte de todos, sobretudo daqueles que estão mais atrasados, para alcançar aqueles que estão mais à frente.

Finalmente, a ampla publicidade: é preciso dizer nos jornais, na rádio, como é que está a andar a emulação, qual é a fábrica que está a trabalhar bem, qual o trabalhador que está à frente, para os outros saberem e também aumentarem a sua produção.

E assim camaradas, estão a ver que Emulação Socialista é uma força mobilizadora para o aumento da produtividade no trabalho.

No regime socialista, o Partido e o Estado é que devem encabeçar o movimento de Emulação. O Partido e o Estado. E quem diz Partido, diz Partido e suas organizações de massas. O Partido e as suas organizações de massas e o Estado e os seus organismos devem estar à frente da Emulação Socialista porque a Emulação Socialista pressupõe um plano nacional.

Nós, por enquanto, não temos um Plano Nacional, temos pequenos planos; cada fábrica tem o seu pequeno plano e nós sabemos que é preciso atingir o nível de 1973. Mas ainda este ano teremos o Plano Nacional e em 1979 teremos o nosso Plano Nacional de 1977 e em 1978 teremos o nosso Plano Nacional e em 1980 teremos um Plano de vários anos, como foi dito na resolução do Comité Central.

Portanto, a Emulação Socialista determina os dados de producão a atingir e esses dados são entregues aos trabalhadores a partir do Plano Nacional. Plano Nacional este que antes de ser aprovado é discutido com os trabalhadores.

Em regime socialista, portanto, os melhores trabalhadores têm prémios: o prémio de herói do trabalho, é uma medalha. Na União Soviética, por exemplo, além de ser herói do trabalho, uma pessoa pode receber o prémio Lenine pelo bom trabalho. Nós aqui em Angola também teremos os nossos prémios. Cuba também tem os seus prémios, a Alemanha Democrática tem os seus prémios, a Bulgária tem os seus prémios, e assim sucessivamente. Nós também teremos os nossos prémios.

ANGOLA

VIDA POLÍTICA

DECLARAÇÃO DO BUREAU POLITICO DO MPLA SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA JMPLA (1.4.77)

A última reunião do Órgão Central da JMPLA, realizada em Malanje, a 10 de Fevereiro de 1977, revelou algumas das insuficiências com que se vinha debatendo a Direcção Nacional da Juventude, impedindo-a de desempenhar cabalmente as tarefas que lhe competem no processo revolucionário actual.

O MPLA e todo Povo Angolano não deixaram em nenhum momento de acarinhar os jovens e as jovens militantes cujo entusiasmo, dedicação e capacidade criadora mereceram através dos anos de luta toda a confiança das massas.

A JMPLA tem sido condicionada desde a sua criação pelo facto de que o próprio MPLA e o seu braço armada, as FAPLA, eram constituídos por uma maioria de jovens, o que não permitiu uma clara delimitação da sua filiação ao MPLA ou à JMPLA.

Em nenhum momento isso impediu que o dinamismo e o espírito militante de cada jovem fosse aplicado nos diferentes sectores onde fosse necessário.

No período da primeira Guerra de Libertação Nacional um Comité de Coordenação pode assegurar o cumprimento das principais tarefas organizativas, de educação de elevação da consciência política, do nível ideológico, cultural e técnico.

Depois da instalação legal do MPLA no País, após alguns passos hesitantes nos períodos agudos da segunda Guerra de Libertação, a JMPLA doou-se num Encontro Nacional de um Orgão Nacional de Direcção, um Comté Central, que não reflectiu a verdadeira composição da nossa Juventude, já que uma boa parte dela se encontrava nesse momento nas FAPLA, combatendo contra a invasão das forças zairenses, sul-africanas, mercenárias e fantoches, enquanto outra parte nos campos e nas fábricas cumpria a Palavra de Ordem «Produzir é Resistir».

É assim que esse Comité Central da JMPLA e o seu Comité Executivo são levados a assumir responsabilidades que ultrapassaram em muito as suas capacidades reais de acção, resultando daí planos de acção e projectos interessantes que não são inteiramente realizados por se revelarem demasiados ambiciosos face às realidades concretas em que vive e combate a Juventude.

Acentuou-se mesmo uma tendência em considerar que os jovens combatentes das FAPLA não fazem parte da JMPLA, cavando-se assim um fosso entre os jovens militares e os outros, fosso esse que urge ultrapassar.

Numerosas são as tarefas de carácter Nacional e específico que competem à Juventude, que tem dado sobejas provas de um ardente entusiasmo e apego às batalhas que é chamada a travar nas diversas frentes de combate.

No entanto, a sua Direcção não conseguiu ainda estabelecer as prioridades, face à situação real da nossa Juventude, que nas escolas, nas fábricas e no campo está fracamente estruturada e organizada. Isso tem levado a que as grandes capacidades realizadoras dos jovens angolanos estejam a ser desaproveitadas, caindo alguns responsáveis no campo da fácil especulação em torno de problemas ideológicos apenas descobertos nos livros mas cuja essência, afinal, não dominam: resultam daí situações de confusão e mesmo de divisão no seio da Direcção Nacional da Juventude e entre ela e algumas Direcções Regionais.

Resultam também daí atitudes pretenciosas diante dos Orgãos Dirigentes do MPLA, confundindo os organismos de base, por se perderem de vista os princípios e os elos que ligam a JMPLA ao MPLA e por julgar não ser clara a direcção do MPLA sobre a Juventude.

No longo processo da nossa Luta de Libertação e hoje no processo de consolidação da Independência Nacional, a Juventude tem desempenhado um papel decisivo devido a sua generosidade, ao seu dinamismo, à sua valentia, à sua dedicação.

Esse papel decisivo tem sido fruto de uma Direcção correcta e de uma verdadeira educação militante, que só o MPLA — única força dirigente do Povo Angolano — é capaz de dar. Cabe-lhe portanto e só a ele, dirigir a Juventude e educá-la na ideologia científica do proletariado. A força e capacidade do MPLA de orientar o Povo Angolano no caminho do Socialismo Científico forjaram-se com a rica experiência adquirida ao longo de gloriosas lutas revolucionárias sempre inspiradas nos princípios do Marxismo-Leninismo.

Na actual etapa de luta as ideias do Marxismo-Leninismo são indispensáveis para garantia da construção do socialismo, cabendo ao MPLA a grandiosa missão de formar uma Juventude verdadeiramente revolucionária, capaz de compreender e executar as tarefas exigidas neste momento no campo da luta de classes, da elevação do nível ideológico, da defesa, do estudo e do trabalho.

Como destacamento de reserva do MPLA cabe à Juventude mobilizar todos os jovens para uma

participação activa na luta pela instauração da Democracia Popular.

É Primordial intensificar um debate ideológico são no seio da Juventude, não permitindo que o diversionismo ideológico, oportunismo e o imediatismo, resultante de leituras anárquicas, apressadas e mal digeridas, falseiem a pureza dos preciosos ensinamentos de outras experiências revolucionárias consubstanciadas no Marxismo-Leninismo.

É primordial intensificar um debate ideológico -revolucionária, pelo conhecimento profundo das realidades angolanas, que devem ser transmitidas aos jovens operários, camponeses, soldados e intelectuais em linguagem acessível, com propostas de solução realistas, capaz de educar e mobilizar para a luta toda a Juventude trabalhadora.

A Juventude deve, em cada momento, ter presente o contexto político-militar em que vivemos.

O sacrifício de dezenas de milhares de jovens engajados nas FAPLA e na ODP, que de Cabinda ao Cunene e de Benguela ao Moxico velam para que as permanentes provocações do imperialismo e as infiltrações dos seus fantoches encontrem uma resposta firme e violenta, deve ser apoiado constantemente pela JMPLA em estreita colaboração e sob a orientação dos Órgãos Políticos e Militares do MPLA. Esse apoio não deve limitar-se à dinamização do abastecimento mas deve ir mesmo ao reforço com meios humanos, à participação voluntária da Juventude ao lado das FAPLA e da ODP na luta-contra-bandidos.

Na batalha da «Produção para o Socialismo» em que operários, camponeses e outros trabalhadores estão engajados deve a JMPLA colaborar, adoptando uma atitude militante, combatendo a aciosidade e o desrespeito pelo trabalho e pondo-se à cabeça da execução das tarefas de momento; que permitam acelerar a reconstrução económica do País, base de toda a construção socialista.

Não pode conceber-se que numa altura em que todos os trabalhadores angolanos estão empenhados nas tarefas de reconstrução nacional, uma parte da Juventude estudantil esteja gozando umas férias incompreensíveis que contrastam seriamente com o actual movimento piloto de EMULAÇÃO SOCIALISTA.

A participação da JMPLA na Campanha de Alfabetização deve ser mais eficaz e não estar dependente dos interesses individuais dos participantes.

A disciplina na escola, o amor ao estudo, a participação no trabalho produtivo devem ser incentivados ao mesmo tempo que o amor pelas artes, a valorização da nossa cultura e a prática do Desporto.

A atenção pelos milhares de Pioneiros que ainda sofrem as consequências da exploração colonial e as feridas causadas pelas Guerras de Libertação tem de ser mais seriamente considerada.

Sendo a OPA parte integrante da Juventude, cabe à JMPLA uma grande parte da responsabilidade na procura das soluções para os problemas existentes, colaborando para isso dinamicamente com o MPLA, o Governo da RPA, as FAPLA e as outras organizações de massas.

No aspecto orgânico é urgente que a JMPLA se reestruture e se prepare para as grandes tarefas sintetizadas na Palavra de Ordem do Cda. Presidente: 1977 ANO DO I CONGRESSO, DA FORMAÇÃO DO PARTIDO E DA PRODUÇÃO PARA O SOCIALISMO; o reforço da Organização em todos os escalões passa pelo estudo e pela aplicação da doutrina Marxista-Leninista sob a orientação do Bureau Político do MPLA.

Neste período deve a JMPLA dar prioridade à sua actividade no interior sem deixar de reforçar os laços de amizade com as organizações de jovens dos países amigos, no sentido de desenvolver a prática do internacionalismo proletário no seu seio.

Avante pois por um amplo movimento de Reestruturação da JMPLA que, orientado pelo MPLA, lança as bases de uma organização forte, dinâmica e unida, pronta a responder às exigências revolucionárias da etapa presente e a assumir as responsabilidades que lhe são confiadas pelo I Congresso do MPLA, que decidirá sobre a criação do Partido guiado pela ideologia Marxista-Leninista.

PELA DEMOCRACIA POPULAR
A LUTA CONTINUA
A VITÓRIA É CERTA
O BUREAU POLÍTICO DO COMITÉ CENTRAL DO MPLA.

Luanda, 1 de Abril de 1977.

....

A Comissão Directiva de Luanda da JMPLA, num comunicado publicado a 5 de Abril, declara «apoiar sem reservas a posição assumida pelo Bureau Político na sua Declaração apontando as insuficiências que a nossa organização juvenil atravessa» e «apoiar a perspectiva de um amplo movimento de reestruturação da JMPLA, com vista à criação de uma Organização forte, dinâmica e unida, na qual estejam representados os diferentes sectores que compõem a Juventude Angolana...»

....

NAS PROVÍNCIAS

KWANZA SUL: **Reunião de todos os comissários provinciais com o Camarada Gaspar da Conceição, comissário Provincial, em que foram apresentados relatórios de actividades e projectos para o Plano de Empreendimento para 1977.**

VIDA ECONÓMICA

● **Transportes**

Está em fase de estruturação a Empresa Estatal de Táxis, esperando-se que, dentro em breve, comecem a circular em várias cidades do país os táxis.
Os 120 motoristas encontram-se agora em período da adaptação aos veículos.
Entretanto, a Direcção Nacional dos Transportes Rodoviários reuniu com os titulares de alvarás dos 14 táxis particulares existentes, a fim de os inteirar das novas regras de circulação de táxis.

Considerando o papel fundamental que os camiões basculantes desempenham nas actividades do Ministério da Construção e Habitação, particularmente nesta fase de Reconstrução Nacional em que se dará execução ao plano de construções traçado, e ao parque reduzido destas viaturas no País, passam estes camiões a estar sob o controlo directo da Direcção Geral de Abastecimento, Transportes e Mecanização daquele Ministério, segundo despacho do Gabinete do Terceiro Vice-Primeiro Ministro, cda. Pedro Van-Dúnem (Loy). Assim, todos os camiões basculantes, com excepção dos que se encontram sob o controlo do Ministério da Defesa, deverão ser inscritos naquela Direcção Geral no prazo de 30 dias a contar da data do referido despacho (7 de Abril de 1977).

Foi apresentado, na passada quarta-feira, aos trabalhadores da ETP, o Director Nacional para os Transportes Rodoviários, cda. Armando Machado.

A Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais, à semelhança do que já acontecera no Ministério da Construção, tomou diversas medidas tendentes a disciplinar a utilização de viaturas do Estado naquela Secretaria:

— Obrigatoriedade de recolha ao parque da Secretaria de todas as viaturas, diariamente, com excepção dos carros que sejam considerados em serviço permanente, para o que devem ter uma chapa de identificação.
— Nomeação de guardas para controlo do parque automóvel.
— Instituição de fichas de autorização para as saídas do parque em horas não normais.
— obrigatoriedade de se apresentar semanalmente o n.º de Kms andados e o combustível gasto.
— Todas as viaturas devem trazer na porta a inscrição: S.E.A.S.
— As reparações das viaturas apenas serão pagas pelo Estado desde que, concluídas as averiguações, se apura não ser do motorista a responsabilidade.

● **Comunicações**

Foi inaugurada pelo cda. Bento Ribeiro, Secretário de Estado das Comunicações, a rede telefónica da cidade do Lubango.
Esta rede, inteiramente executada por técnicos angolanos, permitirá ligações telefónicas não só com vários pontos do país, mas igualmente com o estrangeiro, através da rede de Luanda.
É de assinalar que durante a segunda guerra de libertação foram destruídas cerca de 15 estações de comunicações e os prejuízos estão avaliados em cerca de 100 mil contos.

Mais tarde, o cda. Bento Ribeiro partiu para Addis-Abeba (capital da Etiópia), a fim de aí tomar parte na reunião na União Pan-Africana de Telecomunicações.
No momento da sua partida o cda. Bento Ribeiro afirmou que se «trata da conferência de plenipotenciários», organismo que ficará dependente da OUA e cuja atribuição consiste na orientação de toda a política continental de comunicações.
O cda. Bento Ribeiro definiu ainda a política que o nosso Governo defende em matéria de comunicações: «Vamos defender o princípio de que, realmente, as comunicações, dentro do Continente africano, devem ser estabelecidas libertando-se as situações de dependência de trânsito pela Europa e por outras partes do mundo».
Esta delegação é também portadora de uma mensagem do cda. Presidente Agostinho Neto para o Presidente Mengistu Hailé, da Etiópia.

● **Comércio Interno**

Decorreram nas instalações da Associação Comercial, em Benguela, os trabalhos da I Reunião Nacional do Comércio Interno.
Na sua ordem de trabalhos foram incluídos vários pontos de discussão:
— Estrutura do Comércio Interno e suas delegações.
— Planos do Comércio Interno para 77.
Criação das estruturas e funcionamento da Empresa Mista de Luanda.
— Estrutura e organização dos transportes.
— Perspectivas dos bens alimentares.
— Organização das estruturas e funcionamento da Distribuidora Nacional de Bens Alimentares.
— Situação do Comércio Interno na Província de Benguela e implantação das suas estruturas no Kuando Kubango.

Foi autorizada a saída de 25 Kg de fuba por pessoa da Província de Malange. Anteriormente, haviam sido tomadas medidas restritivas à saída de fuba, tendo em conta os preços especulativos a que aquele produto era vendido fora daquela Província.
A venda do referido produto será controlada pela Direcção Provincial da Agricultura de Malange.

Decorre presentemente um inquérito-inventário aos diversos sectores da actividade produtiva do País, levado a cabo pela Direcção dos Ser-

viços de Estatística, com a finalidade de conhecer a verdadeira situação económica do País: índices de produção, utilização dos meios produtivos instalados, de forma a saber-se quais os recursos e as necessidades da nossa economia.
O inquérito teve início em Luanda, o mês passado, no sector industrial. Recensearam-se cerca de 700 unidades de produção. Presentemente decorre o inquérito ao sector das pescas em colaboração com os organismos competentes em Luanda, Kwanza Sul, Benguela e, em breve, em Moçâmedes.

- **Confiscações**

Foram confiscados todos os bens e valores da empresa «África Textil, SARL», com sede em Benguela, com excepção da quota parte pertencente à Creusot-Loire Entreprises.
Esta medida é tomada face ao abandono da empresa por parte da entidade patronal.

- **Café**

A Organização Interafricana do Café (OIAC), reunida em Assembleia Geral em Bangui, capital do Império Centro-Africano, de 18 a 20 de Outubro de 1976, exprimiu a sua preocupação face à crise mundial de café que se traduz numa disparidade de preços entre os diversos tipos de café, nomeadamente do café Robusta, dos mais fracos no mercado. Assim, foi instituída uma Comissão de Coordenação das Vendas, encarregada de estudar o assunto no que respeita aos cafés africanos.

- **Agricultura**

Numa iniciativa do Ministério da Agricultura, decorrerá no Huambo, de 5 a 10 de Maio de 1977, o I Seminário Nacional de Zootecnia (investigação de técnicas de criação de gado).
Nele poderão participar todos os técnicos nacionais e estrangeiros e criadores interessados, devendo a inscrição ser efectuada até ao fim do mês em curso no Instituto de Investigação Científica Veterinária de Angola.

- **Habitação**

No dia 4 do corrente teve início, no Prenda, o Curso de Auxiliares de Encarregados de Obras, promovido pelo Ministério da Construção e Habitação. O curso terá uma duração de 29 semanas e dele fazem parte 53 trabalhadores. Neste curso serão incluídas disciplinas de português, matemática e desenho.

A Cooperativa «Alegria pelo Trabalho» vem-se debatendo com problemas de vária ordem. Como se sabe esta cooperativa funcionava com base em investimentos de particulares, que com a fuga dos portugueses durante o período da guerra, baixaram assustadoramente. Basta para isso dizer que de 12.000 sócios que esta cooperativa tinha, apenas tem 1.200. Isto reflecte-se necessariamente no seu movimento financeiro: as rendas e as quotas dão actualmente 700 contos para os 1.500 contos que tinha anteriormente. Apenas resta a esta cooperativa trabalhar dentro de uma nova dimensão, integrando-se no plano de construção do Estado.

- **Pescas**

Durante a visita que realizou à URSS, o cda. Victor de Carvalho, Ministro das Pescas, esteve reunido, em Moscovo, com a Comissão Mista RPA-URSS, no final da qual foi assinado um protocolo de acordo para a cooperação técnica no domínio das pescas.

No espírito deste acordo, iremos receber, este ano, cerca de 30 mil toneladas de pescado, 20 mil toneladas de pescado congelado e 10 mil toneladas de peixe fresco, para suprir as nossas necessidades mais imediatas.

Entretanto, será criada uma empresa mista entre a RPA e a URSS no domínio das pescas, para o que receberemos cerca de 10 barcos, 5 de arrasto e 5 de cerco.

No que respeita à formação de quadros neste domínio, serão concedidas à RPA 30 bolsas de estudo para especialização e, ainda este ano, serão criadas as bases de uma escola para a formação de quadros técnico-profissionais, com base escolar da 4.ª classe. Entretanto, ser-nos-á prestada assistência técnica gratuita por 50 especialistas soviéticos, cujos esforços se concentrarão nas zonas pesqueiras mais importantes: Porto Alexandre, Moçâmedes e Benguela.

A indústria pesqueira receberá também gratuitamente apoio em material e equipamento: 10 mil fatos para indústria a frio, 100 estações de rádio para comunicações com os barcos, 300 toneladas de amoníaco e 20 viaturas isotérmicas diesel.

Por um período de 2 anos virão 6 especialistas, de nível superior, que trabalharão na programação, planificação, a nível nacional, de toda a actividade pesqueira, principalmente nos seguintes ramos: frota, manutenção, transformação, distribuição e comercialização, economia e planificação e cooperativas.

Um especialista ocupar-se-á exclusivamente deste último ramo, dando atenção especial à formação de cooperativas nas zonas da Baía Farta, Cacuaco, Benguela e Luanda.

No que toca ao apoio a estaleiros e à construção naval foi já firmado um protocolo entre a URSS e o Ministério da Indústria e Energia, em que se acorda que a Sorefame do Lobito e de Luanda terão assessoria soviética.

No final da sua visita o cda. Victor de Carvalho convidou o cda. Aleksander Ichkov, Ministro da Indústria de Pesca soviético a visitar Angola, o que foi aceite. Entretanto, a Comissão Mista

voltará a reunir-se no primeiro trimestre de 1978, estando prevista a sua reunião em Luanda. Acerca deste acordo pode ler-se no jornal português Expresso, de 26.3.77, o seguinte título: «Pesca amplia presença de soviéticos no Atlântico Sul». E ainda que o ano passado, segundo a agência noticiosa soviética (TASS) a URSS deu a Angola 20 mil toneladas de pescado, fruto das operações dos pesqueiros soviéticos naquela área. Especifica também que 12% dos produtos a obter este ano por aqueles pesqueiros serão entregues a Angola.

- **PROVÍNCIAS**

Kwanza Sul

O processo de Reconstrução Nacional nesta Província é alvo da atenção dos responsáveis dos diversos sectores da vida política e económica e de uma participação cada vez maior da população daquela Província.

No sector produtivo há a realçar a campanha do café que constitui a melhor prova de todo o trabalho de organização e mobilização que se vem levando a cabo no Kwanza Sul.
No sector administrativo, os resultados podem considerar-se positivos, levando em linha de conta a falta de experiência dos quadros e a desorganização dos serviços administrativos. Presentemente, estão em actividade 11 Comissariados Municipais, não existindo ainda Comissariados de Comuna ou Comissões Populares de Bairro ou de Libata.

As estruturas de base do MPLA vêm sendo reestruturadas, tendo em vista a realização do I Congresso do MPLA, no sentido de uma mais estreita ligação entre a Comissão Directiva Provincial e as organizações de massas e, consequentemente um maior controlo das mesmas. O Comissariado Provincial tem previstas para este ano a realização de várias obras, nomeadamente no campo da construção, de acordo com o Plano de empreendimentos e a verba estabelecidos pelo Governo: levar águas às populações, dinamização das cooperativas, reconstruir e construir escolas e pontes, comprar ou conservar máquinas.

Este plano divide-se em duas fases: a primeira de pequenos empreendimentos da responsabilidade do Comissariado Provincial e a segunda da responsabilidade do Ministério da Construção e Habitação.

Na região de Ngunza estão a ser realizadas obras de reconstrução de estradas e a ampliação do hospital local. Na Quibala foi inaugurada uma escola de nome «Internato 4 de Fevereiro» e iniciar-se-á ainda este mês a construção de uma outra escola.

É considerada tarefa prioritária a reconstrução das estradas e pontes, porquanto aquela Província é elo de ligação entre o Norte e o Sul do País. É o caso da ponte do Queve e a que dá acesso a Wako-Kungo.

Põe-se problemas de transportes para o escoamento e comercialização dos produtos, tendo sido distribuidos agora 60 camiões de 5 toneladas, considerando a aproximação da colheita do café.

ANGOLA E O MUNDO

VISITA DO CAMARADA FIDEL CASTRO A ANGOLA

Depois de uma visita a Angola, em que se deslocou a Benguela, Lubango, Moçâmedes, Caxito e Luanda, onde foi sempre acolhido com carinho e entusiasmo, o Camarada Comandante Fidel Castro deixou Luanda no dia 31 de Março. À sua partida declarou:

«Neste momento, sinto-me contente e muito feliz pela oportunidade de fazer esta visita, e, também, um pouco triste no momento de despedir-me do companheiro Neto e do Povo Angolano. Necessariamente, sinto um pouco de tristeza ao partir.

São muitas, as recordações que levo, recordações muito bem gravadas na minha mente e no meu coração. Antes de mais, do Povo — da sua hospitalidade, do seu espírito fraternal, do seu entusiasmo revolucionário, da sua nobreza, da sua pureza.

Levo também muito boas impressões do contacto com as organizações de massas. As mulheres são muito combativas e vigorosas. Levo boas impressões do que aqui foi feito num ano. Parece-me que num ano muito foi feito.

Há cento e sessenta mil adultos a ser alfabetizados. Estão sendo feitas milhares de consultas médicas. Há oitocentos mil alunos nas escolas primárias. Estão a ser formados vinte mil professores que faltam para que todas as crianças tenham escolas. Os trabalhadores estão a ser alfabetizados, em muitas obras. Há mais de trezentas construções em curso, em todo o País. Há mais de vinte mil operários trabalhando na construção civil. E isso é muito bom. Tudo está a ser organizado. E isso é um mérito muito grande, porque tudo o que existia no País estava contratado pelos colonialistas. Tudo era por eles administrado. Tudo era manejado por eles.

Eles não se preocuparam em formar os angolanos para essas tarefas. Então os angolanos tiveram de ocupar-se de tudo.

(...) Imagina-se quanto é difícil, após a independência, poder cumprir todas essas tarefas, quando o Povo não havia sido preparado para isso.

Não obstante, é admirável como está a desen-

volver-se a organização e como vai progredindo em todos os campos (...)

No comunicado conjunto angolano-cubano, publicado no final da visita, é acentuado que:

«Os Camaradas Fidel Castro Ruz e António Agostinho Neto e restantes membros das respectivas delegações tiveram frutífras conversações, que se desenrolaram numa atmosfera fraternal e de mútua e total compreensão.

Durante as conversações, sublinhou-se a recíproca satisfação por esta visita oficial e procedeu-se a uma ampla análise do estado actual das relações bilaterais e das promissoras perspectivas de desenvolvimento da cooperação nos mais diversos domínios, em conformidade com os acordos existentes entre ambos os países. Foram igualmente examinadas a evolução da situação internacional das manobras das potências imperialistas tendentes à liquidação dos regimes progressistas e da luta de libertação nacional no mundo, especialmente na África Austral».

Também se mensiona as conversações com os líderes do A N C da África do Sul, da Frente Patriótica do Zimbabwe e da SWAPO da Namíbia:

«Após um profundo exame da actual situação da luta de libertação na África do Sul, no Zimbabwe e na Namíbia, as partes cubana e Angolana exprimiram a sua satisfação pelos sucessos obtidos, reafirmaram categoricamente a condenação dos regimes racistas e fascistas de Vorster e de Ian Smith assim como as potências imperialistas que os apoiam, realçam a importante actividade que tem vindo a ser desenvolvida pelos países membros da Linha da Frente essencialmente em relação à libertação da parte sul do continente africano e ratificaram a sua conjunta determinação de apoiarem por todos os meios ao seu alcance a justa luta de libertação dos povos da África do Sul, do Zimbabwe e da Namíbia».

REUNIÃO DOS NÃO-ALINHADOS

Começou a 6 de Abril a reunião do Secretariado do Movimento dos Países Não-Alinhados em Nova Delhi, na Índia. Angola é representada pelo nosso Ministro das Relações Exteriores, camarada Paulo Jorge. A sua partida, o camarada Paulo Jorge prestou declarações à imprensa:

«Uma vez mais, uma delegação da República Popular d Angola terá que participar numa reunião internacional. Trata-se, desta vez, da reunião do Bureau de Coordenação dos Não-Alinhados, que terá lugar, em Nova Delhi, de 6 à 11 do corrente.

(...) É mais uma reunião preparatória do que uma reunião de análise ou de debates dos grandes temas internacionais, que preocupam todos os países membros do Movimento dos Países Não-Alinhados.

É evidente que, reuniões deste tipo, permitem contactos bilaterais com países amigos, de forma a podermos trocar impressões e, sobretudo, a tentar encontrar posições comuns, particularmente no seio dos países progressistas, para melhor combater ou enfrentar as manobras imperialistas.

(...) Uma dessas questões, a tratar é verificar se os países que estão nesse Movimento cumprem, efectivamente, os princípios e as resoluções do Movimento dos Países Não-Alinhados. Um dos casos, por exemplo, que teremos de verificar é se todos os países membros do Movimento dos Não-Alinhados, realmente não têm bases militares noutros países.

Outro aspecto que deverá também merecer a atenção, será o estatuto de observador. Parece-nos que há uma certa tendência para admitir, como observador, todo e qualquer país, desde que tnha interesse ou tenha a intenção de participar. Parece-nos que aquele âmbito de princípios, que normalmente são cumpridos pelos países membros, começa a ser um pouco desvirtuado, dado a presença de um certo número de países que, a nosso entender, podem não preencher os princípios fundamentais do Movimento.

VISITA ANGOLA UMA DELEGAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA ÁRABE SAHARIANA DEMOCRÁTICA

O Primeiro-Ministro e o Ministro das Relações Exteriores da RASD vieram a Angola, em nome da Frente Polisário, ter conversações com o MPLA e a RPA.

O Primeiro-Ministro da RASD deu uma conferência de Imprensa, de que salientamos :

«A situação da guerra que se está levando actualmente no Sará é conhecida. Depois da invasão, o Exército Popular, organizado, lançou, o que se chama, a ofensiva do "Mártir Mustapha El Ouali" — um dos mártires de África. Esta ofensiva generalizada abarcou todo o território, tanto do Sará como da Mauritânia e de Marrocos. As batalhas travadas só terminarão no final desta situação.

Quando saímos do nosso País, para vir a este País irmão, deixámos cerca de 400 prisioneiros, entre oficiais e suboficiais e soldados dos dois exércitos invasores.

(. . .) De todas as formas e pelo nosso lado, a guerra no Sará tem três objectivos : um objectivo estritamente militar, um objectivo económico e um outro de mobilização política das massas populares do território.

Também ajudamos na consciencialização e politização dos povos mauritaniano e marroquino, para que eles vejam melhor a guerra injusta que se está a fazer.

Depois do povo sariano ter sido expulso das suas terras pela agressão e pelos bombardeamentos de napalm vive, na sua maioria, exilado. Mas apesar do exílio, há uma organização político-administrativa nos acampamentos, com congressos populares e comités populares que se dedicam à formação e à organização política e administrativa. (. . .)

Hassan II, rei de Marrocos, isolado internacionalmente e conhecido pela sua política expansionista, encontrou duas cartas para jogar contra todo este povo. Uma carta joga-a a nível africano, e esta é representada pelo regime mauritaniano e a outra, joga-a entre as cúpulas a nível da Europa.

Com respeito à primeira carta, quer dizer a nível africano, nós dizemos que o problema do Sará com-

pete estritamente à Organização de Unidade Africana e ela é quem pode tomar decisões ante qualquer outra organização, seja continental ou regional.

(...) Em resumo, o povo sariano lutará com as armas e com as mãos até conquistar a sua independência e dignidade nacional, e até voltar à sua terra que foi vendida descaradamente pela Espanha, a esses dois regimes.

No momento em que os povos da Africa Austral lutam contra a opressão, o racismo e o "apartheid", no Norte de África, o povo sariano permanece como um símbolo de luta contra a exploração e o colonialismo.»

No dia 5 de Abril houve um encontro entre a delegação sahariana e os trabalhadores da NOCAL, unidade destacada no Plano Piloto de Emulação Socialista.

PROTOCOLO DE ACORDO TÉCNICO-CIENTIFICO ENTRE ANGOLA E HUNGRIA

Antes da assinatura definitiva de um acordo técnico-científico entre Angola e a Hungria, foi assinado, a 8-4-77 um protocolo de Acordo, no Ministério das Relações Exteriores.

ANGOLA E A SITUAÇÃO NO ZAIRE

Comunicado do Ministério das Relações Exteriores a propósito da internacionalização do conflito interno do Zaire.

«Um porta-voz do governo da República do Zaire afirmou, ontem, dia 7 de Abril de 1977, que o Reino de Marrocos havia decidido enviar contingentes de tropas para ajudar o exército zairense a pôr termo à rebelião que afecta a província de Shaba. O mesmo porta-voz precisou que o primeiro contingente de tropas marroquinas, calculado em 800 homens, deveria chegar hoje a Kinshasa de onde seria conduzido para a frente de combate de Shaba. A mesma fonte afirmou ainda que outros países africanos se preparavam para seguir o exemplo marroquino e que a República Popular da China havia decidido enviar 30 toneladas de equipamento militar para Kinshasa.

Assim se confirma pois o que a República Popular de Angola havia previsto no Comunicado do Ministério da Defesa de 16 de Março de 1977. Pretextando a presença de "soldados cubanos, soviéticos, portugueses, angolanos, etc.", na província de Shaba, fronteiriço à RPA e diante dos revezes que o exército de Mobutu tem sofrido, o governo zairense conseguiu "sensibilizar" um certo número de dirigentes africanos, não obstante as declarações do governo dos Estados Unidos da América, protector do regime de Kinshasa, que desmentem as alegações fantasistas do ditador do Zaire.

A República Popular de Angola condena com o maior vigor as intromissões estrangeiras, africanas ou não, nos assuntos internos do Zaire e lamenta a ligeireza como certos dirigentes africanos agiram ou agem, deixando-se ludibriar pelos governantes de Kinshasa a ponto de enviarem tropas, material de guerra e alimentos para salvar um regime corrompido, desacreditado aos olhos do povo zairense e africano, satisfazendo assim as ambições de um

ditador que vê o seu reino desmoronar-se mas que se agarra desesperadamente ao poder para perpetuar a exploração e humilhação do povo irmão do Zaire.

A República Popular de Angola lamenta uma tal atitude porquanto ela contrasta com a posição assumida por certos responsáveis africanos durante a agressão e invasão de que foi vítima o Povo Angolano por parte do exército sul-africano, zairense e de mercenários europeus e americanos brancos a soldo do imperialismo.

A República Popular de Angola recorda que poucas foram as vozes que se levantaram no seio da Organização da Unidade Africana para condenar tal agressão e ajudar Angola a fazer face e repelir a invasão do seu território por tropas estrangeiras. Por outro lado e apesar das múltiplas demarches efec-

tuadas junto da OUA sobre as violações constantes e permanentes do território angolano, por parte de bandos armados provenientes da República do Zaire e da Namíbia, quase nenhuma foram as reacções daqueles que hoje se levantaram para condenar uma pretensa invasão do Zaire e para apoiar militarmente o governo desse país.

É também surpreendente que quase nada tenha sido feito em favor do povo congolês aquando da agressão da República Popular do Congo em 15 de Janeiro deste ano por bandos armados da FLEC equipados e financiados por Kinshasa, agressão que culminou com o assassinato de trabalhadores congoleses e com o rapto, para o território zairense, de técnicos franceses.

A República Popular de Angola reafirma, uma vez mais, que nada tem a ver com o que se passa no país vizinho. No Shaba como no Kivu, em Kinshasa e noutras províncias zairenses existem rebeliões contra o poder arbitrário de Mobutu Sese Seko. A afirmação segundo a qual há tropas estrangeiras na província de Shaba é falsa e não tem outra finalidade senão a de internacionalizar o conflito que opõe não somente os nacionalistas zairenses ao sistema neocolonizante de Kinshasa mas também fracções cada vez maiores do exército zairense que aderem ao braço armado da Frente de Libertação do Congo para acabarem com a miséria, com a corrupção, o despotismo e a opressão estrangeiras, personificado pelo regime de Mobutu Sese Seko.

Não há na província de Shaba nem soviéticos, nem cubanos, nem angolanos nem cidadãos originários de outros países estrangeiros. O que há é sim um levantamento generalizado da população dessa província e à qual tem aderido um número cada vez maior de batalhões do exército zairense. O que há no Shaba é uma luta de libertação levada a cabo pelo exército da Frente de Libertação do Congo.

Se não fosse assim como se compreenderia a facilidade com que os insurrectos avançam e a maneira triunfal como são recebidos pelas populações ! Como compreender-se também a desafecção cada vez maior do povo zairense, demonstrado pela população de Kinshasa domingo passado, aos apelos que lhe são lançados pelos caciques do regime ? !

No Shaba como noutras províncias do Zaire a população aspira a uma mudança. Toda a tentativa vinda do exterior tendente a impedir ou retardar essa mudança está condenada a fracasso. Toda a tentativa vinda do exterior para salvar o regime e perpetuar o reinado do ditador zairense constitui uma afronta e um ataque directo ao povo do Zaire que deve ser livre para decidir do seu próprio destino sem ingerência estrangeira.

A República Popular de Angola segue com bastante atenção o desenvolvimento da situação na República do Zaire, pas vizinho, e responsabiliza desde já todo o país estrangeiros — africano ou não — que intervém ou venha a intervir contra as consequências graves que possam resultar da sua intervenção no conflito.

E se o objectivo é atacar Angola, a República Popular de Angola adverte a África e o mundo de que não tolerará qualquer intervenção estrangeira no seu território e o Povo angolano defenderá, como sempre, a soberania, a independência e a integridade territorial do seu País.»

TELEGRAMAS DO CAMARADA PRESIDENTE NETO AOS PRESIDENTES DA OUA, DO EGIPTO E DO MARROCOS:

A S. E. Seewoogur Ramgoolam, Primeiro-Ministro das Ilhas Maurícias — Port Louis

«De acordo com noticiário difundido por agências internacionais, tivemos conhecimento de que Vossa Excelência teria enviado ao presidente do Zaire, cidadão Mobutu Sese Seko, um telegrama em que ao mesmo tempo que condenava a «opressão contra o Zaire», afirmava o total apoio da OUA à República do Zaire. A República Popular de Angola declarou oportuna e peremptóriamente que do seu território não partiram quaisquer forças para atacar o Zaire e que era completamente alheia aos acontecimentos que ali se processam. Tanto quanto sabemos, trata-se de um problema estritamente interno, que deve ser resolvido no próprio Zaire. Recordamos que no caso particular de Angola não tomou V. Ex.ª nenhuma iniciativa em relação às diferentes agressões perpetradas contra o nosso País, o que torna ainda mais estranha e intempestiva a sua intervenção numa situação que se enquadra exclusivamente dentro das fronteiras do Zaire. Protestamos energicamente contra a posição assumida por V. Ex.ª como presidente em exercício da OUA, porquanto ela não representa a posição dos países membros da OUA e constitui uma ingerência abusiva nos assuntos internos da República Popular de Angola e uma violação flagrante da Carta da OUA. É dever de todos os Estados membros da OUA evitar internacionalizar um problema interno de um dos países membros e todas as posições contrárias a este princípio fundamental criam situações extremamente perigosas para a Paz e segurança internacionais e envolvem o risco de comprometer a estabilidade e a unidade no seio da unidade africana. Consideramos imperativo e urgente um desmentido de V. Ex.ª à interpretação dada pela Imprensa internacional ao conteúdo do seu telegrama ao presidente da República do Zaire, o qual poderá traduzir apenas a posição das Ilhas Maurícias perante a situação interna existente naquele país. Alta consideração.

Dr. Agostinho Neto
Prsidente do MPLA
Presidente da República Popular de Angola

Luanda, 8 de Abril de 1977

A S. E. Mohamed Anwar El Sadat
Presidente da República Arabe do Egipto

Cairo

Na sequência das declarações feitas por V. Exa. nos Estados Unidos, em que envolve a República

Popular de Angola nos acontecimentos que se processam no Zaire, em nome do Povo angolano, do Governo da RPA e em meu nome pessoal, protesto energicamente contra quaisquer acusações ou insinuações feitas a respeito da RPA num assunto que diz apenas respeito ao Zaire. Oportunamente repudiámos as acusações que nos eram feitas, e que resultam apenas de incapacidade das autoridades zairenses para resolver os seus conflitos internos. Consideramos da maior gravidade que se transcendam as fronteiras da República do Zaire para envolver a RPA numa situação a que é totalmente alheia. Consideramos que essa posição constitui uma ingerência nos assuntos internos de um Estado membro da OUA, soberano e independente, e responsabilizamos todo e qualquer Estado que directa ou indirectamente contribua para transformar um assunto interno do Zaire num problema internacional.

Alta consideração.

Dr. Agostinho Neto
Persidente do MPLA
Presidente da República Popular de Angola

Luanda, 8 de Abril de 1977

A. S. E. O Rei Hassan II
Rabat

Marrocos

Através do noticiário internacional tivemos conhecimento de que Marrocos teria confirmado hoje oficialmente o envio de «um contigente de tropas para combater ao lado do exército zairense a fim de repelir a invasão da sua província da Shaba». Os soldados zairenses não são capazes de defender o seu regime, como não foram capazes de vencer o Povo de Angola e o que se pretende é encontrar quem possa fazer melhor combate do que o exército zairense. Advertimos solenemente V. Ex.ª de que Marrocos será responsável se se verificar qualquer agressão contra a República Popular de Angola.

Alta consideração.

Dr. Agostinho Neto
Presidente do MPLA
Presidente da República Popular de Angola

Luanda, 8 de Abril de 1977

SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A PARALISIA INFANTIL

Antes do dia 7 de Abril, dia previsto para a vacinação, prepara-se intensamente a vacinação das crianças, recenseadas ou não. Só em Luanda foram criados 342 postos de vacinação para cerca de 150 mil crianças. A esse propósito, o «Jornal de Angola» diz no seu editorial de 6 de Abril:

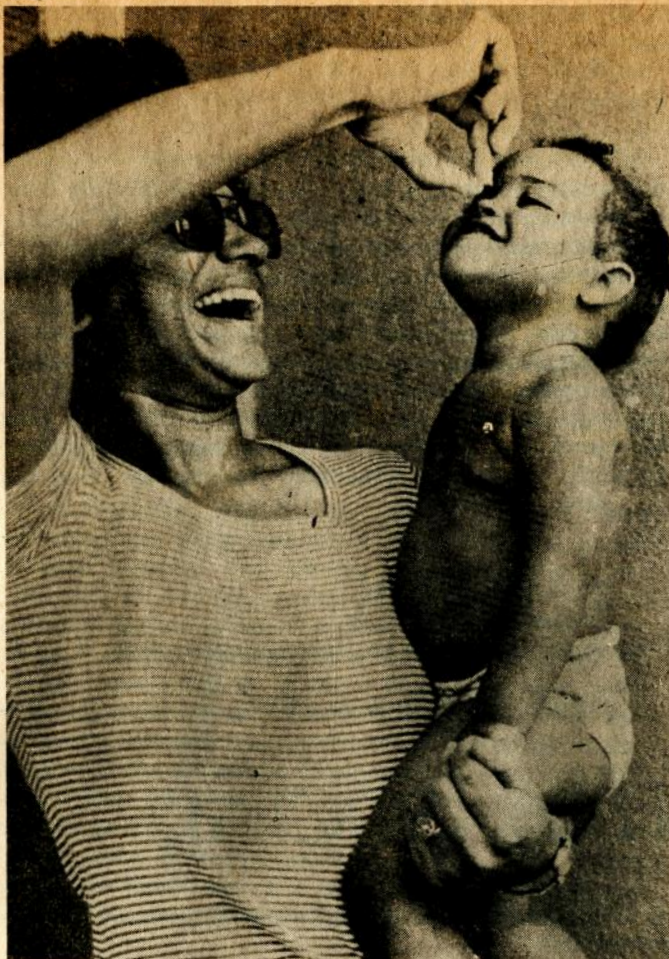
«A Campanha do recenseamento para a vacina resultou numa grande vitória da Revolução conduzida pelo MPLA através dos seus órgãos específicos. Foram recenseadas para cima de um milhão e quatrocentas mil crianças em todo o território nacional a quem no dia 7 será garantida a primeira vacina. Outro facto de enorme importância e que passará a adquirir uma dimensão histórica é que uma tal campanha a nível nacional e em tais proporções é efectuada pela primeira vez no nosso País e apenas um ano depois da Proclamação da Independência nas circunstâncias conhecidas.

Contudo uma campanha de vacinação com tão nobres objectivos deveria permitir-nos ficar pelos limites de assinalar o facto com orgulho e com a satisfação do dever cumprido face à humanidade e ao Povo angolano. Assim é que se regista com profundo pesar que a Campanha para imunizar os nossos filhos tenha encontrado barreiras e incompreensões de algumas seitas de fanáticos religiosos e tembém manifestações aproveitacionistas de grupos habituados a terrorizar sob matéria mal digerida. É um mal que não chega a pôr sombra na vitória nacional, na vitória revolucionária da campanha do recenseamento mas que se alerta para despertar eventuais sonolências da nossa permanente vigilância. (...)

Há que conjugar esforços no sentido de levar os benefícios desta campanha às populações vítimas do crime dos fantoches cujos chefes terão sem dúvida alguma os filhos tratados e bem alimentados nalguma das capitais dos seus suportes reaccionários, enquanto morrem os iludidos pelas suas promessas.

Transformando cada dia as condições de vida do Povo e criando as perspectivas do seu desenvolvimento harmonioso, moral, físico, social, económico e político estaremos a realizar a missão suprema de consolidar a libertação da Pátria e do Homem Angolano.

Levar todas as crianças a vacinar-se é um dever revolucionário.

Se bem que ainda não se saibam os resultados definitivos, a campanha em Luanda ultrapassou todas as previsões. Houve postos em que, ao fim de uma

hora e meia de vacinações já faltavam vacinas, tal a afluência de crianças.

Devida às chuvas que cairam no dia 7, a campanha foi prolongada por mais dois dias.

HUAMBO: Os 80 postos que funcionaram na cidade do Huambo foram insuficientes. Foi necessário mandar um avião com mais vacinas, pois elas esgotaram, apesar da grande campanha antivacina lançada pela reacção. Foram utilizadas cerca de 250 mil vacinas.

MOÇAMEDES: Havia 70 postos de vacinação ao todo, dos quais 25 na capital da Província. Foram vacinadas no primeiro dia 3500 crianças, porque o mau tempo impediu que se vacinassem mais. A campanha prossegue mais uns dias.

HUILA: Os 27 postos no Lubango funcionaram a plano.

Foram realizadas mesas redondas sobre o assunto tanto em Luanda como no Kwanza Norte. Estão previstas outras campanhas de vacinação para o mês de Agosto.

FORMAÇÃO DE QUADROS

LUANDA: 18 camaradas da OMA frequentaram durante quatro meses um curso de formação de trabalhadores de Assuntos Sociais. As cadeiras estudadas foram: Economia política, teoria social de grupo e comunidade, técnicas de comunicação, técnicas de infância, de saúde, secretaria e contabilidade.

CABINDA: 48 estagiárias (das 70 inscritas) terminaram um curso de formação de vigilantes de Infância. Foi estudado: técnica de infância, alfabetização e puericultura, primeiros socorros, higiene e também houve aulas de formação política.

— Terminou o 2.° curso de formação de Auxiliares Técnicos de Enfermagem.

MALANJE: Com a presença do camarada Mário Afonso de Almeida (Kassessa), Ministro da Saúde, foi encerrado um curso de Enfermagem, em que três quartos dos participantes tiveram bom aproveitamento. Estes cursos estão previstos para todas as provincias angolanas a fim de suprir rápidamente à carência de técnicos.

DIA MUNDIAL DA SAÚDE

O dia 7 de Abril é o dia Mundial da Saúde, subordinado este ano ao tema: «Vacinar, é proteger os vossos filhos».

A este propósito o camarada Kassessa, Ministro da Saúde, emitiu um comunicado:

«Com efeito uma das descobertas que mais tem contribuído para a supressão de algumas das doenças que mais afectam o homem, e em particular as crianças, é a vacina e a vacinação. (...)

Nos países desenvolvidos, mais de 90% das crianças são vacinadas contra a difteria, a tosse convulsa, o tétano, a poliomielite e o sarampo, ao passo que nos países subdesenvolvidos só menos de 10%, dos 80 milhões de crianças que nascem, em média, são vacinadas contra essas doenças. E é exactamente nos nossos países em vias de desenvolvimento onde esses autênticos flagelos fazem milhões de vítimas, não só entre o número de indivíduos e crianças que morrem, mas também entre os que ficam diminuídos e inutilizados para sempre como consequência de lesões do cérebro, de paralisia, de paragem do crescimento, de doenças pulmonares crónicas, de surdez, de cegueira, etc. etc.

A transformação duma situação tão trágica como esta exige tremendos esforços de organização e de planificação e o recurso a uma enorme mobilização de finanças. Ela não poderá realizar-se com êxito sem o apoio e a ajuda internacional e internacionalista (...) a 3.ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA nas suas «Resoluções sobre a Saúde» chama a atenção do Ministério para «redobrar esforços... na acção preventiva com vista a circunscrever e combater eficazmente, até à sua completa erradicação, as endemias e flagelos sociais prevalecentes e a proteger a mãe grávida e a criança, principalmente nos primeiros cinco anos de vida».

É que o nosso Movimento sabe perfeitamente que o combate eficaz às doenças infecciosas, até à sua completa eliminação, é uma condição necessária do desenvolvimento social e económico o que foi aliás reafirmado pelo nosso Presidente, Camarada Dr. Agostinho Neto, quando na abertura das 1.as Jornadas de Ciências Médicas da República Popular de Angola, disse: «sem saúde não há produção».

Respondendo a estas orientações o Ministério da Saúde planificou e programou acções que visam desde já a diminuir e a eliminar progressivamente as

doenças que causam mais mortandade entre o nosso povo e em particular as crianças e as grávidas.

Essas acções são fundamentalmente as seguintes:

1 — Realizar a Campanha Nacional de Vacinação anti-polio;

2 — Realizar o programa alargado de vacinação a nível nacional contra a tuberculose, o tétano, a difteria, a tosse convulsa, o sarampo, a varíola e a febre amarela;

3 — Elaborar e desenvolver um programa de assitência materna e infantil.

ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS

Prepara-se a reorganização do departamento de logística da Direcção Geral de Apoio a Situações de Guerra, a fim de melhorar a ajuda aos refugiados.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Luanda: Reunião Nacional de Alfabetização de todos os coordenadores provinciais. Foram focadas as imensas dificuldades com que se debatem os alfabetizadores por falta sobretudo de material escolar (lápis, cadernos, cartilhas...) e realçados os bons resultados que conseguem no entanto obter.

Uige: Encerra-se o IV Seminário de Alfabetização, com a participação de 950 alfabetizadores.

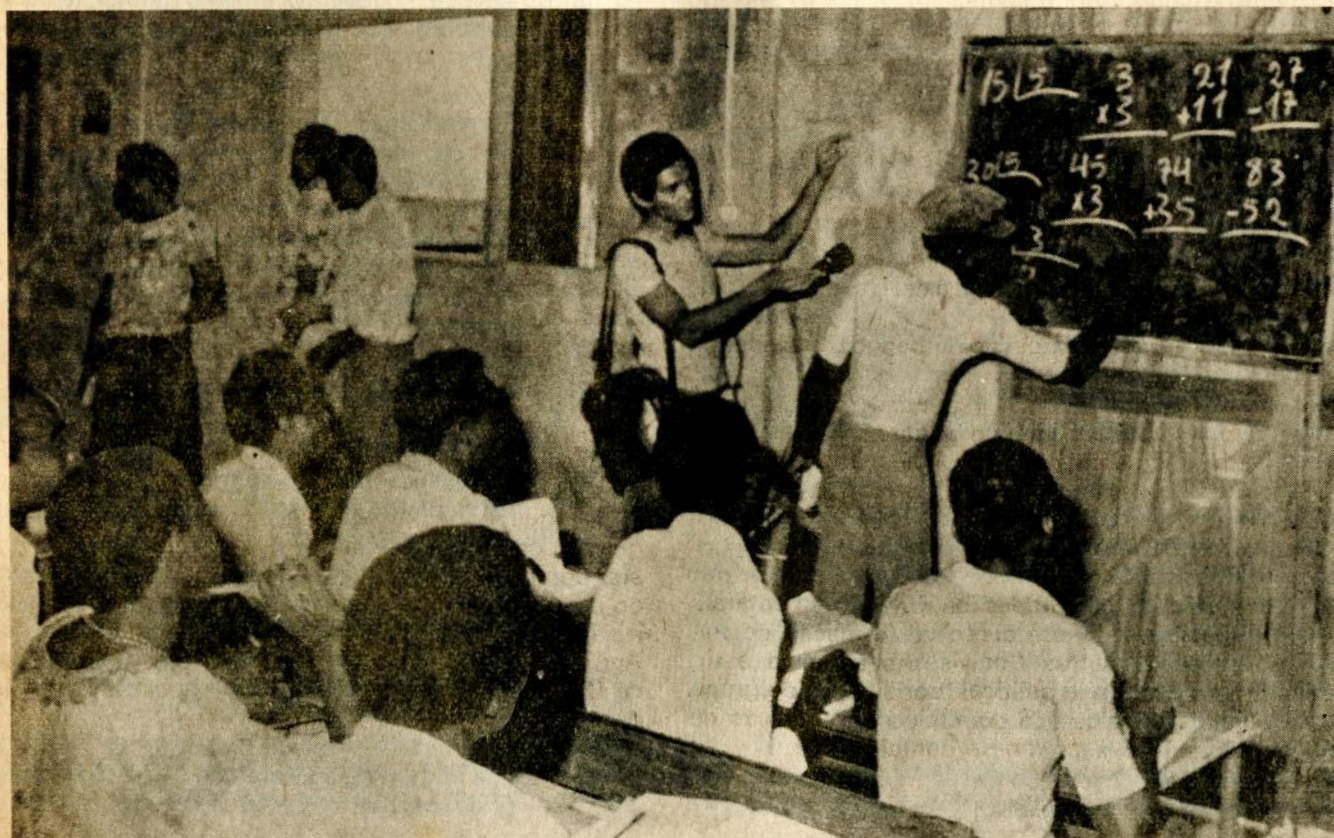
Lunda: Em todos os municípios foi feita a «Fogueira de Alfabetização».

O conhecido jornalista e escritor Gabriel Garcia Marques visita Angola

Visita Angola, desde o dia 2 de Abril, o escritor progressista colombiano de grande renome, Gabriel Garcia Marquez. Durante a sua estadia em Luanda teve um encontro com os intelectuais angolanos, na «União dos Escritores Angolanos», tendo-se falado sobre o tema «Cultura e Revolução».

Património Cultural Nacional

Tendo sido encontradas por pioneiros, moedas muito antigas, num terreno baldio de Luanda, esse terreno foi considerado «Sito arqueológico» e efectuar-se-ão em breve escavações por uma equipa especializada.

Sempre que forem encontrados objectos muito antigos (e as moedas datam dos séculos 18 e 19) deve-se avisar os serviços de museologia, pois tais peças não podem ser comercializadas e pertencem ao Património Cultural Nacional.

ÁFRICA

ZAIRE

A ofensiva desencadeada no dia 8 de Março pelos rebeldes que se opõem ao regime autocrático de Mobutu, continua avançando e somando vitórias que desmentem as atoardas dos responsáveis civis e militares defensores da «autenticidade».

Logo nos primeiros dias da ofensiva os rebeldes lograram derrotar um batalhão do exército regular zairense. Sabe-se que por outro lado a força militar da FLNC (Frente de Libertação Nacional Congolesa) tem recebido grande apoio das populações das zonas libertadas onde estabeleceu o controlo administrativo instalando um governo «Revolucionário».

Contrastando com o avanço organizado das tropas da FLNC, chegam-nos notícias do baixo moral que anima os soldados regulares zairenses. De facto, as tropas do antigo sargento Mobutu começam a desertar, como sucedeu a metade de um batalhão de élite enviado para o teatro de guerra, que desaparecera logo nas primeiras cem milhas de viagem de comboio, segundo o jornal americano «International Herald Tribune».

Entretanto já começam a fazer-se sentir os reflexos das visitas de embaixadores zairenses a várias capitais africanas. Assim é que o governo egípcio passou a «apoiar Mobutu e acusa os rebeldes de favorecerem a penetração estrangeira». As mesmo tempo em Bruxelas, o «Comité do Zaire», grupo que se opõe ao actual governo, enviou uma mensagem ao Secretário de Estado Cyrus Vance, exortando os Estados Unidos a terminarem com «qualquer tipo de ajuda às Forças Armadas do Zaire».

Em Luanda, Fidel Castro negou mais uma vez «categoricamente» o envolvimento cubano ao lado dos katanqueses.

Significativamente parece haver indícios de que os diversos grupos da oposição no exílio em Paris e Londres, se encontraram a fim de «coordenar as suas actividades».

Segundo o jornal belga «Le Soir» de 30-3-77, «pela primeira vez a Rádio zairense lançou às forças armadas um apelo à disciplina e à lealdade para com o Chefe de Estado». Segundo fontes oficiais teriam sido distribuídos panfletos, de madrugada, nos quartéis situados na periferia de Kinshasa, dizendo: «O exército está podre. Deve ser mudado. Há oficiais corruptos. Os soldados devem receber um soldo decente».

31-3-77 — A Nigéria confirmou oficialmente que se esforçaria por levar os seus bons ofícios ao Zaire e a Angola para tentar encontrar uma solução pacífica no Shaba. Joseph Garba, Comissário nigeriano das Relações Exteriores, disse que iria a Luanda para aí «prosseguir a sua missão», depois de se ter encontrado com Mobutu.

— O Comissário de Estado zairense para as Minas, Takizala Luyanu Musi Mbingini, recebeu em audiência 4 importantes personalidades das sociedades mineiras que operam no Zaire.

— Mobutu declarou o seguinte ao responder a um jornalista que lhe perguntara se pensava retirar-se para o estrangeiro: «Chefe do Estado ou simples cidadão o meu lugar é na República do Zaire e nunca viverei um único dia no exílio no estrangeiro».

— Informações aparecidas em alguns jornais americanos e europeus dão a entender que Karl I Bond, ministro das Relações Exteriores do Zaire, poderia suceder a Mobutu na chefia do Estado zairense a fim de «facilitar a solução do conflito zairense» uma vez que Bond é natural da província do Shaba. Este declarou-se «profundamente indignado por estas especulações»... «reafirmando a sua fé no ideal mobutista e a sua lealdade para com Mobutu».

— Numa conferência de Imprensa dada em Kinshasa, um porta-voz militar zairense fez um sério aviso aos jornalistas estrangeiros ainda em Kinshasa, informando-os que fossem mais objectivos e avisou-os de que o governo poderia ter de rever o estatuto dos jornalistas estrangeiros no país.

— Remodelação do Estado-Maior operacional do Shaba: O Coronel Eluki, que até à data assegurava o comando operacional em Kolwezi, foi substituído nas suas funções pelo General de Brigada Singa, ficando a desempenhar o cargo de Chefe do Estado-Maior particular do presidente Mobutu.

1-4-77 — Em Bruxelas, um porta-voz das Forças Democráticas para a Libertação do Congo — FODELICO — informou que o objectivo das Forças Democráticds era controlar o Shaba e, a partir desta base chegar a todo o país.

— O governo zairense convidou os militantes do MPR (Movimento Popular da Revolução), no poder, «a identificar e a denunciar todo o agente provocador».

2-4-77 — Wiliam Eteki, Secretário Geral da OUA, à sua chegada a Kinshasa: «A OUA não pode aceitar nenhum atentado contra a

segurança e a estabilidade de um membro da organização».

— Tanto em Paris como em Bruxelas os meios governamentais desmentiram categoricamente o emprego de unidades de combate franceses e belgas ao lado das forças governamentais zaireses.

3-4-77 — O Secretário Geral da OUA foi recebido no sábado pelo presidente Motubu. Segundo a Imprensa zairense de domingo, Wiliam Eteki M'Boumoua declarara que a entrevista tinha incidido sobre a situação no Shaba. «A OUA, disse ele, não é um organismo supranacional, do mesmo modo que não tem forças de intervenção». Emitiu o voto de «ver os Estados membros rever a Carta da organização neste domínio».

— As autoridades zairenses empreenderam uma vasta campanha de sensibilização política junto da população a propósito da «invasão do Shaba». Ao apelo aderiram apenas 15 a 20 mil pessoas que se juntaram no principal estádio da capital numa manifestação de «fidelidade» ao presidente Mobutu, que se desenrolou numa calma completa, sem entusiasmo. «Ao fim de 40 minutos a multidão começou a dispersar quando ainda falava o comissário de Kinshasa». Mobutu não chegou sequer a ir ao estádio.

4-4-77 — A França acha necessário que sejam tomadas medidas a fim de «assegurar a estabilidade e a segurança política do continente africano». Recorde-se, por outro lado, que Washington tinha afirmado que continuariam as consultas, a este propósito, com a França e com a Bélgica.

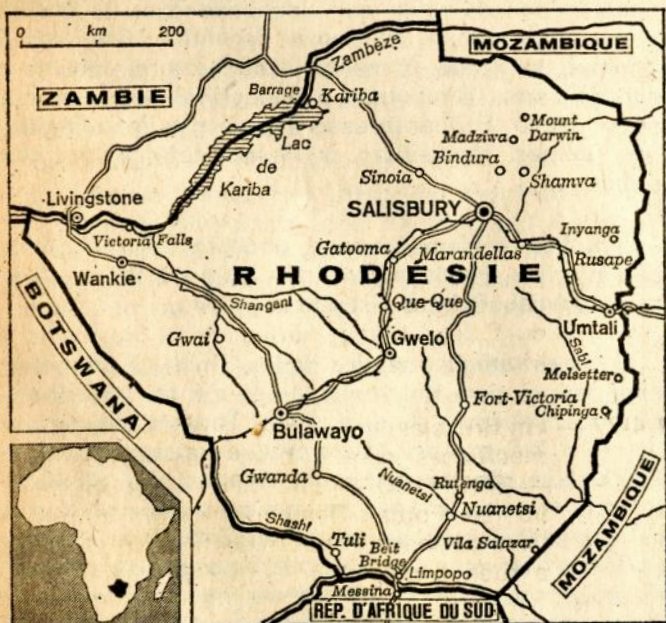
— Num comunicado publicado pela FLNC precisa-se que as forças que actualmente se batem com as tropas de Mobutu não eram unicamente constituídas por ex-gendarmes katangueses, mas por «todas as forças vivas da nação, decididas a acabar com o regime de Kinshasa».

— O Zaire rompeu as suas relações diplomáticas com Cuba, acusando os cubanos de «conluio na invasão do Sul do Zaire». Foi dado o prazo de 48 horas para os diplomatas cubanos abandonarem o país.

8-4-77 — O rei Hassan II de Marrocos decidiu enviar um contingente militar para o Zaire para ajudar o governo do presidente Mobutu a enfrentar a insurreição popular do Shaba.

Outros países africanos também teriam as suas tropas à disposição do Zaire.

Entretanto a República Popular da China decidiu também conceder uma «assistência especial» ao Zaire. A natureza desta assistência não foi especificada.

ZIMBABWE

ZIMBABWE (RODÉSIA)

O ZIMBABWE recebeu do colonialismo o nome de Rodésia, em razão do nome do grande chefe da colonização inglesa na região, Cecil Rhodes. É uma colónia britânica, onde os colonos decretaram a «independência», passando os colonos brancos a governar o país no lugar do governo inglês. O sistema colonial e a feroz discriminação racial continuam. Com uma área três vezes menor que Angola e uma população de 6 milhões de pessoas, os colonos são aí uma ínfima minoria: apenas 270 mil pessoas, isto é, uns 4 por cento da população total. Isto significa que de 100 pessoas, apenas 4 são colonos brancos.

As etnias principais são: os Mashona (mais de 60 por cento), os Ndebele (de 10 a 15 por cento) e os Tsonga (cerca de 5 por cento). A capital do país é Salisbúria, com perto de 500 mil habitantes. Outras cidades importantes: Bulawayo, com perto de 300 mil habitantes, e Umtali, com mais de 50 mil. A língua oficial, trazida pela colonização, é o inglês.

O Zimbabwe é um país rico. É o 3.° produtor mundial de crómio, o 3.° produtor de amianto e o 5.° produtor mundial de ouro. A sua economia é controlada pelo capital estrangeiro, principalmente por capitais ingleses e sul-africanos. Tem uma agricultura importante, que ocupa a maior parte dos trabalhadores e que produz tabaco, milho, cana de açúcar e outras produções menores. A Rodésia é o 8.° produtor mundial de tabaco. Mas toda essa riqueza está nas mãos dos colonos e dos capitais estrangeiros. Dois terços da população africana ainda vivem na agricultura de subsistência. As terras cultivadas são

quase todas propriedades dos colonos. Até há algumas semanas, por lei, quase metade das terras só podiam ser propriedade dos colonos brancos. Há algumas semanas atrás, por uma medida demagógica do racista Ian Smith, diminuiu-se a área reservada apenas aos brancos. Trata-se de uma medida demagógica, porque de qualquer forma os africanos não podem comprar terras, por falta de recursos económicos.

A discriminação na Rodésia, que se chamará Zimbabwe quando for libertada, é ainda terrível. Os gastos públicos com uma criança branca é 10 vezes maior do que com uma criança africana. Isto significa uma enorme diferença no ensino, na saúde. Enquanto o ensino para os brancos corresponde ao nível europeu, para as crianças africanas só há no geral escolas com uma só classe.

A luta de libertação nacional do Zimbabwe já dura muitos anos. A ZAPU (Zimbabwe African Peoples Union) foi criada em 1961. Proibida em 1962, tem lutado na clandestinidade, e o seu Presidente, Joshua Nkomo, foi preso, tendo sido libertado em 1974, após 11 anos de prisão. A ZANU (Zimbabwe African National Union) foi criada em 1963, por alguns dirigentes saídos da ZAPU. Estas duas organizações têm lutado realmente pela libertação do Zimbabwe e conseguiram implantação popular. Sofreram várias divisões e houve várias tentativas de união que não resultaram. Em 1971 surgem novas organizações : o ANC (African National Congress) que foi uma tentativa de união das forças nacionalistas para a abolição das leis racistas, e o FROLIZI (Front for the Liberation of Zimbabwe). As divisões no seio do ANC e a inoperância do FROLIZI impediram que essas organizações se firmassem. A ZAPU e a ZANU, dirigidas respectivamente por Joshua Nkomo e Robert Mugabe, organizações que têm realmente um peso na luta de libertação, uniram-se na «Frente Patriótica» que foi recentemente reconhecida pela «Linha da Frente» (Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Botswana) e pelo Comité de Libertação da OUA como única legítima representante do povo do Zimbabwe. A união das forças guerrilheiras dos dois movimentos é o ZIPA (Exército Popular do Zimbabwe).

A FRENTE PATRIÓTICA

Rugare Gumbo, Secretário de Informação da ZANU, definiu assim a Frente Patriótica («Diário de Lisboa», 22.3.77) :

«É uma frente táctica que se formou no dia 8 de Outubro do ano passado, duas a três semanas antes do início da Conferência de Genebra, a fim de que fosse possível a apresentação de uma posição comum naquela Conferência».

Presentemente, aquela frente táctica desenvolve-se no sentido de atingir objectivos políticos e ideológicos comuns. Rugare Gumbo explica : «quando nos encontramos em Maputo, no passado mês de Janeiro, tentámos definir a nossa posição. Formulámos um conjunto de objectivos que se podem resumir do seguinte modo :

a) — Liquidar o imperialismo, o capitalismo, o colonialismo e o racismo no Zimbabwe;

b) — Criar um Estado democrático nacional no Zimbabwe;

c) — Acabar com todas as formas de exploração no nosso país com vista a criar-se uma revolução social.

Para atingirmos tais objectivos chegamos ainda à conclusão que uma verdadeira independência só seria possível com o recurso à luta armada, embora não excluindo outras formas de luta. Antes pelo contrário, devemos preparar-nos para as empregar sempre que seja oportuno».

Um Comité coordenador, composto por 5 elementos de cada um dos movimentos, ficou encarregado de elaborar um programa comum, tomando em consideração vários aspectos particulares para a harmonização das relações entre os dois movimentos, partindo dos pontos que constituem os objectivos da Frente. Segundo Gumbo, o problema principal com que a Frente Patriótica actualmente se debate, no plano militar, diz respeito à operação conjunta dos combatentes da ZAPU e da ZANU.

O dirigente da ZANU esclareceu que a Frente Patriótica tem desenvolvido grandes esforços para isolar os elementos reaccionários como Muzorewa . «Diplomaticamente, temos tido bastantes sucessos nestes esforços; através de um estreito contacto e cooperação que vimos mantendo com os países da «Linha da Frente», que nos reconheram como a única força combatente consequente no Zimbabwe. Recentemente o Comité de Libertação da OUA tomou idêntica posição. Por outro lado, países como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Suécia reconhecem que nenhum acordo pode ser alcançado sem se contar com a colaboração da Frente Patriótica. Ora, isto é muito significativo. O mundo deconhece que qualquer acordo para o Zimbabwe é impossível sem a nossa participação. Enquanto esse acordo não for atingido, nós iremos intensificar o nosso esforço na luta armada».

Sobre os elementos que poderão servir à «solução interna», buscada por Smith para manter a situação colonial, Rugare Gumbo afirmou :

«A estratégia e táctica de Ian Smith de promover uma aliança com determinados elementos reaccionários no Zimbabwe data de 1972. Todavia, elementos como o bispo Abel Muzorewa e grupos como o ZUPU não são significativos. Apenas são significativos na medida em que lançam uma certa confusão na perspectiva revolucionária do Zimbabwe. Certos países africanos e outros poderão sentir-se confundidos pensando que Muzorewa constitui um elemento progressista. No entanto, ele não passa de um bispo reaccionário, o que não quer dizer que todos os bispos zimbabwenos sejam reaccionários. Não é o caso, por exemplo, do bispo Lamont».

O bispo Lamont tem denunciado as atrocidades cometidas pelo regime racista. Foi preso e condenado a 10 anos sob acusação de ter acobertado guerri-

lheiros. Há alguns dias atrás, o governo racista retirou-lhe a nacionalidade (que havia adquirido há mais de 20 anos) e expulsou-o para a Grã-Bretanha. O ZUPU é um agrupamento de chefes tribais colaboracionistas, que participavam no parlamento do regime racista e formaram uma organização que pretendia participar nas conversações de Genebra, o que lhe foi negado pelo governo britânico que presidia essas conversações.

JOSHUA NKOMO, entrevistado pela revista soviética «Novos Tempos» (Março de 77) durante a sua recente viagem à União Soviética, fez as seguintes declarações: «Nós somos um dos raros povos africanos que permanecem sob o jugo colonial. Consideramos a Rodésia como uma colónia britânica. 270 mil europeus querem perpetuar sua dominação sobre 6 milhões de africanos. As autoridades inglesas nada fizeram contra os «rebeldes do império». E nós somos os únicos a ter lutado e lutar contra o regime racista.

Pergunta: Que é a Frente Patriótica?

Nkomo: é a associação de duas organizações: a ZAPU e a ZANU. Os dois partidos concordaram em que manteriam as suas «características próprias», mas trabalhariam em conjunto para alcançar seus fins comuns: a libertação do país e a elaboração de uma Constituição. Cooperámos estreitamente durante a Conferência de Genebra sobre a Rodésia, procuramos unificar nossas forças armadas no quadro do Exército Popular de Libertação do Zimbabwe (ZIPA). Nestes últimos meses, centenas de jovens que aspiram a integrar nossas unidades de combate, têm passado da Rodésia para o Botswana e a Zâmbia. Eles são caçados, capturados, aprisionados, mortos, mas eles conseguem passar para tomar o seu lugar entre os combatentes.

Pergunta: O Bispo Abel Muzorewa e um grupo de seus partidários não aderiram à Frente Patriótica. Qual é o papel dele! ?

Nkomo: Muzorewa aderiu ao movimento de libertação no início dos anos 70, tomando a direcção do Conselho Nacional Africano (ANC). Mas não foi para contribuir para o sucesso do Movimento. Muzorewa considera que o nosso povo sofre devido aos erros dos combatentes da liberdade. Por isso quer fazer fracassar a nossa luta. Dizia ele: «O povo é estúpido, ele tem necessidade de ser dirigido de maneira razoável». Os Conselheiros europeus ocidentais conceberam para ele uma plataforma política. É assim que o bispo tornou-se um «dirigente razoável». No início, parecia-lhe, o êxito estava do seu lado, o ANC reunia quase todas as organizações patrióticas, apesar de que esta unidade nos tenha sido imposta de fora e tenha sido uma espécie de armadilha. Mas no congresso do ANC em Salisbúria, Muzorewa não foi eleito entre os dirigentes. Compreendemos que o Ocidente tentava utilizar Muzorewa e para isso tinha recorrido a vários procedimentos. Primeiro quis fazê-lo entrar na Frente Patriótica, depois associá-lo a Sithole, que havia perdido o apoio do seu partido, a ZANU, e aos liberais brancos.

NOTA: Para uma visão melhor da luta no Zimbabwe, ver em ANEXOS, uma entrevista de Robert Mugabe e outra do Comissário Político Adjunto do ZIPA.

PEQUENAS NOTÍCIAS:

11.3 — Bob Anderson, antigo presidente (de 1974 a 76) do Partido Moderado de oposição rodesiano, confirmou sua intenção de deixar a Rodésia e emigrar para Nova Zelândia com sua família. «Não creio que a Frente Rodesiana (de Ian Smith) no poder possa assegurar o futuro dos meus filhos», justificou. Essa retirada de Anderson é um novo golpe para as forças do regime racista que já havia sofrido a defecção do ex-Presidente do Partido Rodesiano Tim Gibbs, no ano passado.

25.3 — O Bispo católico Donald Lamont foi privado da sua nacionalidade e declarado «persona non grata» na Rodésia. Lamont vivia na Rodésia há mais de 30 anos e tinha a nacionalidade desde 1950. O Bispo saiu da Rodésia, expulso, a 23.3 rumo a Dublin, capital da Irlanda.

9.3 — A agência cubana «Prensa Latina» denunciou que servem o regime racista rodesiano 1200 mercenários, dos quais 400 são americanos. Os demais são canadianos, portugueses, australianos, britânicos e de outros países europeus.

Um porta-voz da embaixada americana em Lusaka confirmou que cidadãos norte-americanos combatem como mercenários na Rodésia. Entretanto, não admitiu que o seu número fosse tão elevado, de 400 elementos.

24.3 — (AFP) Um piloto americano, Dennis Pearce, que servia no exército rodesiano, desertou e pousou na Zâmbia a bordo de um pequeno avião «Cherokee». Detido, foi depois expulso da Zâmbia para os Estados Unidos. Outros 2 mercenários americanos, que haviam desertado junto com o piloto, tomaram outro rumo e não apareceram na Zâmbia.

28.3 — **Lusaka** — Enquanto o Presidente soviético, Podgorny conversava com Nkomo e outros dirigentes do movimento de libertação, o Pastor Sithole atacou duramente a «Frente Patriótica» e a decisão da «Linha de Frente» em dar-lhe o apoio exclusivo. Sithole qualificou a Frente Patriótica de «organização nascida do diabo e com intenções diabólicas». «Preferia morrer a juntar-me à Frente Patriótica», afirmou. O pastor pronunciou-se também contra uma aliança com Muzorewa e contra a ideia de um referendo, defendida pelo bispo Muzorewa. «Um referendo nas circunstâncias actuais não teriam nenhum sentido», declarou Sithole.

CONGO

19.3 — Numa emissão de Rádio Brazzaville foi anunciado o assassinato do Presidente Ngouabi do Congo por um comando suicida de quatro membros, dos quais dois foram abatidos e outros dois se encontram fugidos. O chefe do comando era o ex-capitão Kikadidi, que durante o governo de Massemba Debat foi responsável pela informaçção no EMG. Foi lançado um apelo para se encontrar o ex-capitão.

Entretanto, o Comité Central do PCT entregou o poder a um Comité Militar do Partido composto por onze membros, cujo dirigente e único membro conhecido é o comandante Sassou Nguesso, que faz parte da equipa dirigente desde que Ngouabi tomou o poder.

20.3 — As exéquias do Presidente Ngouabi serão efectuadas a 2 de Abril. Rádio Brazzaville insiste por outro lado, na responsabilidade do ex-presidente Massemba Debat e de outros dois antigos ministros do seu governo actualmente vivendo em Paris. O Comité Militar dirige as investigações para encontrar os responsáveis do atentado.

22.3 — O ex-presidente Massemba Debat foi formalmente acusado pelo Comité Militar de ser o responsável da morte de Ngouabi; o Comité lançou um sério aviso a todos os que estivessem implicados no assassinato de que seriam severamente castigados.

23.3 — O Cardeal Biayenda, arcebispo do Congo foi raptado e sumariamente executado por três pessoas, familiares do presidente defunto. O Comité Militar afirmou que não havia ligação política entre os dois casos.

Massemba Debat reconheceu as suas responsabilidades na morte de Ngouabi, confessando ter organizado uma acção política para tomar o poder.

24.4 — Familiares do Presidente Ngouabi fizeram uma comunicação ao Comité Militar afirmando que o assassinato não era um método para resolver probemas políticos e que tinham relações normais com o falecido Cardeal, pelo que o acto de alguns elementos da família não foi inspirado pelo conjunto da família.

25.3 — Massemba Debat foi executado por um pelotão de fuzilamento depois de um tribunal militar o ter considerado culpado do planeamento da morte de Ngouabi. O mesmo tribunal está a julgar três membros da família de Ngouabi acusados de terem assasinado o Cardeal Biayenda. Também foram condenados à morte, à revelia, os dois membros

fugitivos do comando que matou o Presidente.

27.3 — Segundo revela um inquérito feito pelo Comité Militar, o Presidente Ngouabi não foi morto pelo comando suicida mas sim por um dos seus guardas pessoais. Este fez fogo sobre o Presidente depois do comando ter sido desbaratado. Mais seis pessoas foram executadas em Brazzaville : os assassinos do Cardeal Biayenda e os sub-oficiais e soldados encarregados da guarda presidencial, acusados de cumplicidade com o capitão Kikadidi.

Além do ex-presidente Massemba Debat, os dois outros acusados como instigadores foram o ex-primeiro ministro do seu governo Pascal Lissouba e o ex-primeiro secretário do PCT Claude Ernest Ndalia. Estes elementos foram condenado a trabalhos forçados perpétuos. Também militares foram atingidos por medidas disciplinares : o coronel David Mountsaka foi destituído do exército e permanecerá com a residência vigiada fora dos grandes centros da República, cujo acesso lhe será proibido. Outros militares de patente inferior sofreram a mesma punição.

4.4 — O coronel Joachin Yhombi-Opango é o novo chefe de Estado da República Popular do Congo. O comandante Sassou Nguesso que era o chefe do Comité Militar do Partido ficará com a pasta de defesa e segurança e o comandante Louis Silvain Goma conserva a sua pasta de primeiro ministro e de ministro do Plano.

MOÇAMBIQUE

29.3 — No âmbito da sua viagem à África Austral chegou hoje ao Maputo o Presidente soviético Nikolai Podgorny que foi calorosamente recebido pelo Povo Moçambicano.
Num discurso proferido o Presidente soviético referiu-se em especial à situação na África Austral, tendo afirmado que os efeitos da revolução soviética se faziam ainda sentir em África.

— Vai realizar-se no Maputo, de 16 a 21 de Maio, uma conferência internacional de apoio aos povos da Namíbia e do Zimbabwe, na qual participarão numerosos Estados membros das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana. Deverão estar igualmente presentes os delegados da SWAPO, da «Frente Patriótica» e de outros movimentos de libertação da África, bem como ainda o comissário da ONU para a Namíbia e observadores de instituições especializadas das Nações Unidas e de importantes organizações intergovernamentais, tais como o Conselho de Assistência Económica Mútua.

O Governo brasileiro, satisfazendo um pedido apresentado à Embaixada brasileira em Maputo, ofereceu ao Governo moçambicano, por intermédio da Central de Medicamentos (Ceme) 1200 quilos de 22 tipos de remédios, entre os quais vacinas, antibióticos e antipalúdicos.

31.3 — Segundo informações fornecidas pelo jornal governamental «Notícias de Maputo», há cerca de 2000 chefes de família detentores de nacionalidade portuguesa e que renunciaram à nacionalidade moçambicana, inscritos nas esquadras de polícia das cidades de Maputo e da Beira e, em princípio, abrangidos pela lei da expulsão.

NAMÍBIA

28.3 — A SWAPO disse que fará «tudo o que estiver ao seu alcance para evitar a constituição de um governo de transição na Namíbia».
O comunicado surge na sequência das conversações efectuadas na Zâmbia entre Sam Nujoma e o presidente soviético Nicolai Podgorny, sobre o incremento da ajuda militar ao movimento.

5.4 — Sam Nujoma torna pública a petição do Comité Constitucional Multiracial de Windhoek, presidido por Dirk Mudge, petição cujo texto foi tirado clandestinamente da Namíbia e tornado público em Lusaka.
Dessa petição sobressai o seguinte : «O governo sul-africano continuará a controlar o exército, a polícia, os Negócios Estrangeiros, a pasta do Interior, os Transportes, as Finanças e outros Ministérios chave da Namíbia durante e depois da constituição do governo de transição multiracial».

Sam Nujoma sublinhou claramente que «o governo sul-africano criou na Namíbia um governo fantoche».

6.4 — Segundo notícias provenientes de Windhoek, vai ser organizado na Namíbia um «referendo» sobre o futuro deste território.

Só os habitantes brancos poderão participar neste referendo manifestamente racista, que deverá pronunciar-se sobre a proclamação da sua independência em 1 de Janeiro de 1979.
A decisão de organizar este referendo foi tomada pelo Partido Nacionalista branco, de acordo com as recomendações da «Confe-

rência Constitucional» realizada em Windhoek.

7.4 — O Projecto de Comunicado final dos Não-Alinhados «reafirma o direito inalienável do povo da Namíbia à autodeterminação e à independência». Pede novos esforços a fim de se conseguir o respeito das resoluções da ONU.

— Em entrevista concedida ao jornal tanzaniano «Daily Mail», o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, declarou nomeadamente:
«Os combatentes da SWAPO, que controlam já as regiões do leste e noroeste do país, avançam actualmente para as regiões centrais e do sudeste da Namíbia».
«As nossas forças armadas estão preparadas para um combate de longa duração indispensável para vencer as tropas sul-africanas e conquistar o poder».
«A SWAPO recusa a participação nas pseudo-eleições previstas por Vorster».
A concluir disse: «Mesmo aqueles que julgavam poder arrancar o poder a Vorster pelo voto em vez de pelo combate, se voltam agora para a SWAPO».

8.4 — A agência noticiosa TASS condena hoje severamente a entrega de uma nota diplomática a Pretória pelos cinco embaixadores ocidentais (Estados Unidos, França, Inglaterra, República Federal Alemã e Canadá) sobre o problema da Namíbia. Num comentário datado de Londres ela escreve:
«Por detrás desta demarche diplomática do Ocidente, à qual se deu uma larga publicidade, os observadores internacionais vêem uma nova manobra dos meios imperialistas que querem substituir uma solução radical do problema namibiano por discussões estéreis e prejudicar a aplicação das resoluções da ONU para pôr fim à ocupação ilegal da Namíbia pelos racistas da África do Sul e conceder ao seu povo o direito de dispor do seu próprio destino».

ZÂMBIA

25.3 — (AFP): Kenneth Kaunda, Presidente da Zâmbia, declarou que os países africanos não tinham outra alternativa a não ser aceitar a ajuda dos países socialistas, pois os países ocidentais (capitalistas) «apoiam o racismo e o fascismo na África Austral».

Estas declarações foram feitas numa conferência de imprensa na véspera da chegada ao país do Presidente soviético, Podgorny. Kaunda atacou duramente os países ocidentais acusando-os de ajudar as minorias brancas da África Austral.

«Não posso crer que Ian Smith, ou o «apartheid» na África do Sul, ou ainda a presença sul-africana na Namíbia poderia continuar se os países ocidentais decidissem pôr fim a isso», disse Kaunda.

A URSS «foi sempre nosso aliado», apesar das críticas que possamos ter feito, particularmente quando da ajuda cubana em Angola há mais de um ano. «A União Soviética e os países socialistas são nossos aliados na luta. Não recebemos sequer uma arma dos países ocidentais. Para a luta em curso, dependemos dos países socialistas. Que outra escolha temos nós?» «Nós combatemos porque os meios pacíficos fracassaram. Conferência após conferência, Smith tem sido o vencedor».

Reafirmando que a Zâmbia é não-alinhada, Kaunda criticou as posições do bispo Abel Muzorewa, presidente do UANC do Zimbabwe, que pede a organização de um referendo para determinar a representatividade dos nacionalistas zimbabweanos. «Ele põe a carroça diante dos bois». Sublinhou que após o Zimbabwe, será a vez da independência da Namíbia e depois, da eliminação do fascismo na África do Sul. Kaunda acusou o governo sul-africano de apoiar a «gang de Mushala», grupo clandestino oposto ao seu regime e que é responsável por vários incidentes provocados na Zâmbia.

28.3 — (AFP): Um comunicado da Presidência da República da Zâmbia informa que a visita do Comandante Fidel Castro foi anulada para evitar coincidir com a visita do Presidente soviético, Nikolay Podgorny. O comunicado precisa que esta decisão foi tomada após conversações entre responsáveis zambianos e Osmani Cienfuegos, membro do CC do PC Cubano.

SAHARA

ALGUNS DADOS SOBRE A REPÚBLICA ÁRABE SHARIANA DEMOCRÁTICA

GEOGRAFIA

Superfcie: 266 000 km²
População: aproximidamente 50 000 habitantes (outro tanto, se não mais, encontra-se em campos de refugiados, na Argélia)
Densidade: cerca de 0,3 hab/km² (1973)
Capital: El Aiún (24 000 habitantes)
Língua oficial: espanhol
Economia: Não existe nenhuma indúsria de transformação. Há ricas minas de ferro, de cobre, de sais de potássio e jazigos de petróleo, mas só foram prospectados. Só são exploradas as riquíssimas minas de fosfatos de Bou-Craa, por um consórcio americano com capitais também franceses e alemães.

O único terreno cultivável encontra-se perto da costa, e em alguns oásis. O resto é desértico. A população que não trabalha nos fosfatos dedica-se sobretudo à pastorícia (camelos, cabras, ovelhas, algumas vacas) e à pesca.

Os produos de exportação são: fosfatos, sal, peixe, cabedal e lã.

HISTÓRIA:

No tratado de Berlim de 1884, e depois em princípios do século XX, as regiões do Rio do Ouro e de Saquiet el Hama foram declaradas protectorado espanhol.

A resistência do povo sahariano ao invasor durou até 1934, ano em que a Espanha fez apelo à ajuda francesa para acabar com as rebeliões. Foi então assinado um acordo entre a Espanha e as tribus resistentes.

Desde 1956 que o Marrocos pretende obter este território e já em 1957-58 houve confrontações armadas, tendo as tropas marroquinas e os grupos nómadas revoltados sido barbaramente dizimados pelas tropas conjuntas espanhola e francesa.

A partir de 1958 a Espanha chama o Shara «Província Ultramarina».

Em 1966, a ONU começou a pressionar — sem qualquer resultado — a Espanha para fazer um referendum, para a população poder exprimir o seu desejo à autodeterminação.

A 17 de Junho de 1970 houve um levantamento em massa contra a integração do Saharà Espanhol como província espanhola, seguida, como era de esperar, de uma repressão sangrenta. O Movimento de Libertação do Sahará preparou então novos meios de luta contra a dominação colonial e a 10 de Maio de 1973 realiza o seu 1.° Congresso e constitui a Frente Polisário.

A 20 de Maio começam as primeiras operações militares contra a ocupação espanhola.

Em 1975, uma missão de inquérito da ONU visita o Sahará, onde pôde verificar o grande anseio por independência do povo sahariano, mas nessa época já o Marrocos e a Mauritânia começavam a exprimir abertamente as suas pretensões ao território, o que lhes foi negado pelo tribunal da Haia em 1975.

Mas a 14 de Novembro de 1975, a Espanha assina um acordo com o Marrocos e a Mauritânia, que proclama a partilha do território entre estes dois países e a retirada da Espanha, sem que tenha sido feita qualquer consulta às populações saharianas. Imediatamente começa a invasão do território sahariano pelo Marrocos e a defesa heróica por parte da Frente Polisário.

Em Janeiro de 1976, o Comité de Libertação da OUA decide recomendar a Frente Polisário como

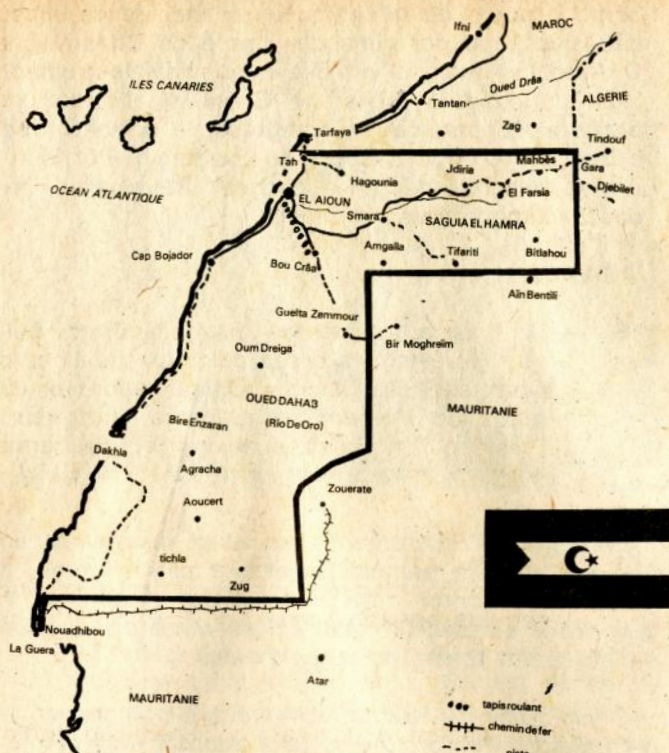
movimento de libertação, mas essa recomendação não é posta em prática. Dezassete países votam a favor, nove contra, mas vinte e um abteem-se, o que prova a indecisão dos países africanos quando é necessário tomar posições nítidas.

Em Julho de 1976 a OUA volta a não conseguir uma maioria de dois terços para adoptar uma resolução afirmando o direito do povo sahariano à autodeterminação e à independência. Só em fins de Janeiro de 1977 é que a Frente Polisário foi reconhecida pela OUA como único representante do povo sahariano, pelo Comité de Libertação da OUA. (Estava prevista para Abril de 1977 uma sessão extraordinária da OUA sobre a questão do território sahariano).

A 28 de Fevereiro de 1976 a Espanha retira-se e a Frente Polisário proclama a independência do Sahará. É assim fundada a República Árabe Sahariana Democrática (RASD). A jovem República foi reconhecida pela República Popular de Angola a 11 de Março de 1976. A mensagem do nosso Governo diz: «... O Governo de Angola considera que o combate heróico que o vosso povo trava com determinação e coragem contra todas as forças estrangeiras de ocupação, pela defesa da integridade territorial e da Unidade constitui uma contribuição apreciável à luta dos povos do continente africano pela liquidação definitiva do colonialismo e do neocolonialismo.»

Em Abril de 1976, o Ministro das Relações Exteriores da RASD visitou Angola e concedeu uma conferência de Imprensa ,de que citamos:

«... A invasão provocou uma afluência dos habitantes das cidades do Norte, que se dirigiram para as zonas controladas pela Polisário. (...) Todos os dias, no Sahará o equilíbrio das forças se inclina mais a favor da nossa luta. As forças marroquinas não deixam no entanto de se reforçar. São 30 mil militares com material pesado, blindados, tanques, aviões; mas a sua capacidade operacional é bastante diminuida devido à natureza geográfica do Sahará. (...) Nós evitamos utilizar grandes camionetas para

sahara occidental

não serem capturadas pelas tropas marroquinas. Na semana passada capturamos um B-12 e dois tanques, que nos permitem treinar-nos utilizando o próprio material inimigo. (...)

A nossa luta revolucionária não se restringe ao plano de combate. Destruimos o sistema invasor a partir do seu interior (...) O povo morroquino está a tomar consciência da avenura em que se envolveu, sob as ordens do imperialismo.

(...) O Povo Sahariano está engajado no seio da Frente Polisário porque o objectivo de luta, segundo a Frente Polisário corresponde exactamente à lógica e aos anseios do nosso Povo; de um Povo, oprimido, colonizado. E a luta que nós travamos é para acabar com a opressão, com a dominação e o colonialismo».

Na sua proclamação, por ocasião do 1.º aniversário da independência da RASD, Mohamed Abdelaziz, Secretário Geral da Frente Polisário, diria:

«... A proclamação da República Árabe Sahariana Democrática, país africano e árabe, inteiramente soberano, não-alinhado e membro da grande família do Terceiro-Mundo, representa um verdadeiro golpe contra os partidários das actividades expansionistas e um desafio corajoso à invasão, à agressão e à derrota infringida para sempre ao colonialismo espanhol, que planificou a opressão do nosso povo e a pilhagem das suas riquezas naturais durante perto de um século. Os expansionistas só se mostraram para levar a cabo uma guerra de extermínio contra o nosso povo. Este desafio audacioso meteu medo aos inimigos dos povos do Noroeste africano. Constitui um golpe fatal administrado aos regimes expansionistas marroquinos e mauritaniano, e isto através da proclamação, pelo nosso pequeno país, da sua grandiosa conquista arrancada ao preço de uma guerra de uma dezena de anos contra a existência do colonialismo espenhol.

Esta proclamação foi, não é preciso prová-lo, conforme à lógica dos princípios da legitimidade, da justiça e da paz no Mundo. (...)

Os agressores e os seus acólitos fizeram uma propaganada caluniosa contra nós, dizendo que o governo do nosso jovem Estado era uma maquinação de países estrangeiros.

Contudo, apoiados que somos pelos nossos amigos e pelos nossos aliados, esta propaganda não faz mais do que alargar e consolidar a nossa fé e a nossa vontade de continuar a marcha vitoriosa da revolução do nosso povo. (...)

O nascimento da República Árabe Shariana Democrática foi, além disso, proclamada num período de guerra intensa contra os agressores do nosso país, armado de uma teoria científica e baseado no programa da revolução nacional democrática, reunindo todas as camadas populares e as forças de libertação progressistas no Mundo (...)»

DIVERSOS

A INFORMAÇÃO NA ÁFRICA E NO MUNDO ÁRABE

26.3 — (AFP) — A 2.ª Conferência de directores de agências noticiosas árabes e africanas foi inaugurada em Tripoli, capital da Líbia (agora chamada Jamahiriya Árabe Socialista e Popular Líbia, ou simplesmente Jamahiriya). O Comandante Abdeselam Jalloud, do secretariado geral do Congresso Popular líbio, abriu a Conferência propondo a criação de uma grande agência noticiosa árabe e africana, diante dos 51 delegados que participavam no simpósio. O Comandante Jalloud disse que «a batalha pela libertação da informação africana e árabe é mais importante que todas as batalhas travadas pela libertação económica, política e cultural», pois condiciona o êxito destas. Acrescentou o comandante: «Se queremos construir uma África forte, uma nação árabe unificada, precisamos estar decididos a ganhar a mais importante das batalhas, a da libertação do nosso pensamento, da nossa cultura, que continuam infelizmente a ser marcados e manipulados pelo Ocidente». E convidou os participantes a «liber-

tar a informação árabe e africana da dominação colonialista e sionista».

REUNIÃO DA OSPAA

O presidium da Organização da Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos teve a sua 5.ª reunião em Cotonou, capital do Benin, de 26 a 28 de Março. Participaram mais de 50 países e movimentos de libertação. Entre estes a SWAPO, o ANC da África do Sul, a ZAPU, a OLP.
Os temas da reunião são os seguintes :

1. Solidariedade internacional com os povos da África contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, o racismo e o «apartheid». Este tema subdivide-se em 3 pontos : a agressão contra o Benin, o mercenarismo e o apoio à luta no Zimbabwe, Namíbia e África do Sul.

2. Preparação do 6.º Congresso da OSPAA e do 20.º aniversário da sua criação.

BRASIL

A 1 de Abril, dia em que se completavam os 13 anos do golpe militar de 1964, o governo brasileiro decretou a suspensão dos trabalhos do Congresso, porque não conseguiu aprovar uma Reforma Constitucional que faria pequenas alterações no poder judiciário daquele país. As alterações na Constituição só podem ser feitas se votadas por um mínimo de dois terços no Congresso. Como o Movimento Democrático Brasileiro, único partido de oposição permitido e legal, tem mais de um terço do Congresso e votou em bloco contra a Reforma, as alterações propostas pelo poder executivo não puderam ser aprovadas.

O Presidente, General Geisel, decretou o recesso temporário do Congresso, alegando que havia aí uma «ditadura da minoria», porque uma minoria pode bloquear uma «reforma vital». E acrescentou que a Reforma do Judiciário será feita ao abrigo do «Acto Institucional» n.º 5, legislação que concede ao Presidente o poder de tomar qualquer medida de excepção, passando por cima das leis e da Constituição. O Acto Institucional n.º 5 é o principal instrumento legal da ditadura militar no Brasil, que torna uma ficção a Constituição, o Congresso e o Poder Judiciário, dando todo o poder ao Executivo. Por isso é o alvo principal de todos os que lutam pelas liberdades democráticas no Brasil.

UGANDA

3.4 — O Ministro ugandês da Justiça Godfredy Lule, que representava o seu país nos trabalhos da Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos do Homem em Genebra, informou o Presidente Amin da sua intenção de permanecer no estrangeiro «por razões de saúde». Fontes informadas em Kampala revelam que Godfredy Lule, segundo ministro de Amin a exilar-se a seguir a uma viagem oficial, teria tomado tal atitude por discordar da política seguida por Idi Amin.

TCHAD

2.4 — Em Ndjamena, capital do Tchad, registaram-se violentas confrontações nas proximidades do palácio presidencial e do quartel «13 de Abril». Cerca de 60 guardas nómadas, armados de bazucas e metralhadoras e «apoiados pelo exterior» atacaram o quartel «13 de Abril», tendo-lhes sido oposta resistência por parte dos guardas do palácio presidencial. Das confrontações resultaram oito mortos, entre os quais o Chefe do Estado Maior do Exército, Ali Dabio.

ANEXOS

ANEXO-1

«ANGOLA 77» EM QUESTÃO

A propósito da série de reportagens assinadas por Acácio Barradas, publicadas no «Diário Popular» (Portugal), um leitor, muito provavelmente um «retornado», escreveu uma carta ao Director daquele jornal. Eis a carta e a resposta que o leitor mereceu, publicadas no DP dia 28-3-77.

Sr. director — É verdadeiramente lamentável que esse jornal, que se diz independente, tenha publicado as reportagens que o sr. Acácio Barradas escreveu sobre Angola.

Tais reportagens induzem em erro quem nunca lá esteve, pois os outros sabem que é quase tudo mentira. Esse sr. pretende fazer crer que o MPLA nunca cometeu crimes, quando, em 1961, esses terroristas cortaram homens, mulheres e crianças aos bocados, regaram outros com gasolina, pegaram-lhes fogo, etc. Mas, deixando o passado e relembrando o presente, pergunto a esse sr. quem destruiu cidades como Malanje, matando alguns dos seus habitantes.

Se não sabe, informo-o que foi o MPLA e o seu poder popular. Embora a U.N.I.T.A. e a F.N.L.A. também sejam terroristas, foram essas organizações quem valeu aos brancos, pois estes fugiram para as localidades que elas controlavam (como Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Silva Porto, etc.), senão tinham morrido todos às mãos do MPLA, que o sr. Barradas não tem vergonha de defender.

Cabe ainda dizer que as cidades controladas pelos terroristas da U.N.I.T.A. e da F.N.L.A. não foram destruídas como as controladas pelo M.P.L.A., que tudo destruiu. Os habitantes de Malanje sabem bem quem destruiu a cidade e roubou tudo. Sabem também que foi o M.P.L.A. que andou a matar o gado e não os outros, como diz o sr. Barradas.

Outra mentira desse sr. é dizer que os «fascistas» não davam instrução aos pretos. Desconhece esse sr. os cursos de monitores escolares, professores de posto, etc., que havia todos os anos ? Desconhece também que, em qualquer escola era maior o número de pretos que brancos ? Desconhece o número de pretos que há no quadro geral de adidos e os funcionários que lá ficaram ? Claro que não, mas a propaganda comunista obriga-o a ignorar isso. Desconhece também que os pretos vivem agora pior ? Que vivem aterrorizados, que não têm as regalias que tinham ? Desconhece que são agora controlados por cubanos ?

Muito mais haveria para desmentir, mas como não quero roubar demasiado espaço, limito-me a recordar que, antes do 25 de Abril, já ninguém falava em terrorismo e andava-se por todo o lado à vontade, pois os terroristas dos três movimentos já estavam há muito derrotados.

Sr. Director: para fazer propaganda comunista já temos o «Diário». Por favor, mantenha esse jornal independente. Não aceite colaboração de comunistas como Acácio Barradas, António de Figueiredo, etc..

Por último, se publicar esta carta, não ponha o meu nome, pois tenho família em Angola, nem revele a minha identidade ao sr. Barradas, pois ele é todo M.P.L.A. e pode-me arranjar alguma desgraça. — (Carta assinada) — Costa de Caparica.

N. R. — Não há dúvida que o fascismo fez escola e ainda tem muitos adeptos, mas, por muito que isso custe a este irado leitor, o «D. P.» não pretende fazer da sua independência e pluralismo uma simples fachada destinada a esconder um comportamento antidemocrático. Assim, com fundamento no texto constitucional e na lei de imprensa, mantém-se em vigor o princípio (que diariamente publicamos na última página), segundo o qual «os jornalistas do «D. P.» têm inteira liberdade de escrever e publicar artigos de opinião, os quais, porém, responsabilizam apenas os seus autores e nunca o jornal no seu todo».

Quanto às apregoadas falsidades de que é acusado o autor dos artigos «Angola 77», este esclarece : 1.° — Que as chacinas de 1961, a que o leitor se refere, foram praticadas pela U.P.A., mais tarde transformada em F.N.L.A.; 2.° — Que só por ironia se poderá louvar o esforço das autoridades coloniais em matéria de instrução, sabendo-se que o saldo de tal esforço se cifra em 85 por cento de analfabetos; 3.° — Que foi nas zonas controladas pelo M.P.L.A., como Luanda, que os brancos tiveram as maiores garantias de segurança, a ponto de poderem encaixotar os seus haveres (mobílias, automóveis, etc.) rumo a Portugal; 4.° — Só a circunstância de haver censura (e outras formas de manipulação da opinião pública) poderá justificar que este leitor se tenha convencido de que Angola se encontrava em paz antes do 25 de Abril; 5.° — Classificar de comunistas todos aqueles que não perfilham ideias fascistas, é um estratagema adulterado pelos abusos que, nesse sentido, se cometeram ao longo do consulado salazarista-marcelista; 6.° — Por último — e para tranquilidade do leitor —, este nada terá a receber do conhecimento da sua identidade, pois o autor de «Angola 77» não confunde a sua actividade de jornalista com a de um polícia ...

Ainda relativamente aos artigos subordinados ao título «Angola 77», foram recebidas outras cartas. Uma delas, insuficientemente identificada, o que nos impede de a reproduzir, levantava, todavia, uma questão que, podendo constituir motivo de dúvida para outros leitores, merece referência. Trata-se da expressão «ditadura democrática» utilizada para caracterizar o actual regime angolano. Segundo o leitor que se nos dirigiu, ou é ditadura ou é democracia,

visto que as duas palavras envolvem conceitos opostos. A explicação é simples: quando uma ditadura é exercida pela maioria (ou pelos representantes desta) o seu carácter democrático pode não estar em causa. É por isso que certos partidos portugueses, após o 25 de Abril, escreviam nas paredes «slogans» em que reclamavam «democracia para o povo e ditadura para a burguesia».

ANEXO-2

ENTREVISTA DE ROBERT MUGABE, UM DOS DIRIGENTES DA «FRENTE PATRIÓTICA», À REVISTA MOÇAMBICANA «TEMPO» (20.3.77):

Pergunta: Em primeiro lugar, gostaríamos de saber quais os objectivos principais da sua recente viagem por países africanos e que resultados obteve dela.

R. Mugabe: Os objectivos da viagem foram essencialmente dois. Primeiramente, lançarmos uma ofensiva diplomática já que só há pouco tempo aparecemos como organização política. Visitamos Angola, a Nigéria, o Gana e conseguimos ainda um encontro com o General Eyadema no Togo. Contactamos com os chefes de estados destes países e com membros dos seus governos.

Em segundo lugar, e no contexto desta ofensiva diplomática, procuramos arranjar ajuda material; e esse foi sem dúvida o mais importante dos dois objectivos. Agora esperamos que os contactos que tivemos se traduzam por um apoio material substancial para que possamos intensificar a nossa luta armada.

Por enquanto é difícil saber se conseguimos o impacto desejado nos países que visitamos mas cremos ques im. Fomos muito bem reecbidos em todo o lado, particularmente em Angola onde abordamos a questão do estabelecimento de uma frente ideológica que pensamos virá a concretizar-se».

P.: «Os governos inglês, norte-americano e sul-africano iniciaram já uma nova onda de actividade diplomática em torno de questão zimbabweana. Surgem portanto duas perguntas: algum desses governos já contactou com a Frente Patriótica para um recomeço das conversações? E, em que condições é que vocês aceitarão u macordo negociado?»

R.M.: «Não, ainda não tivemos nenhum contacto ao nível de novas propostas. Como é do conhecimento geral o governo britânico cancelou as conversações sem nos ter consultado. E ao fazerem isso manifestaram toda a sua incapacidade de resolverem um problema que nos confronta há tanto tempo.

Por outro lado há que mencionar uma curta aproximação feita por um secretário da embaixada britânica em Accra que contactou connosco quando eu estava na conferência ministerial da OUA no Togo. Ele queria saber quais eram as nossas ideias sobre como solucionar o problema zimbabweano. Disse-lhe que não tínhamos nada de concreto sobre conversações. Se o governo inglês acha que chegou a altura de transferir para nós o poder, político e militar, então estamos preparados para ter novas conversações. Mas pomos uma condição. O governo inglês tem que se mostrar seriamente interessado em transferir realmente o poder para nós; caso contrário não vemos que valha a pena ter conversações.

Para além desta primeira aproximação não tivemos mais nenhum contacto, nem da parte dos ingleses nem dos norte-americanos. No entanto penso que os ingleses contactar-nos-ão em breve.»

P.: «Portanto a posição da Frente Patriótica continua a ser a intensificação da luta armada?»

R. M.: «Sim. Ian Smith mostra-se intransigente nesta altura porque ainda não foi suficientemente atingido. Temos tido sucessos mas nunca apregoamos que esta seria a etapa da derrocada do inimigo. O que tentamos atingir, quando recomeçámos a luta em Janeiro de 1976, foi forçar o inimigo a esticar todos os seus recursos. E conseguimos fazer isso. Hoje o inimigo vê-se obrigado a usar ao máximo possível todo o seu poder económico. A nossa intenção neste momento é reorganizarmo-nos política e militarmente para que a próxima fase seja mais dura para o inimigo.»

P.: «Como têm decorrido os trabalhos do Comité Coordenador?»

R. M.: «Temos feito alguns progressos mas naturalmente que cada um dos dois grupos que o compõem — cinco membros da ZANU e cinco da ZAPU — têm de reunir-se para especificar a sua posição. Brevemente teremos uma reunião num dos países da linha da frente, mas a decisão final ainda não foi tomada. Estamos à espera que chegue o camarada Nkomo para decidirmos.»

P.: «Para a Frente Patriótica qual é o significado das últimas manobras de Ian Smith que têm por objectivo a tal solução interna que ele tem vindo a apregoar?»

R. M.: «Tudo isso não passa de um jogo de Smith. Não é a primeira vez que ele faz desse tipo de manobras. Em 1971, Smith e Home acordaram num certo número de propostas. Porém, depois de terem sido completamente rejeitadas pelas massas do Zimbbawe, Smith virou-se para conversações sações foi nada mais, nada menos que o bispo de Muzorewa. Abel Muzorewa aceitou nessa altura que Smith desse aos africanos mais seis assentos no parlamento que tinha então 16 negros e 50 brancos. As massas do Zimbabwe assim como o Comité Central do ANC recusaram-se a aceitar isso também e Muzorewa foi forçado a abandonar o plano.

Portanto, não estou a ver o povo zimbabweano hoje aceitar algo que não seja uma transferência de poderes total e completa. É essa posição do povo e também a da Frente Patriótica. O povo do Zimbabwe não se vai contentar com meias medidas e não seremos nós da Frente Patriótica a levá-lo a uma aceitação das meias medidas pretendidas por Smith.»

No entanto, o regime de Smith organizou ele próprio os "Selous Scouts", para levarem a cabo atrocidades contra o povo, disfarçados de combatentes da liberdade. Isto verifica-se em quase todo o território, à excepção das zonas semilibertadas, em que nós dispomos do controlo e as massas podem distinguir claramente os verdadeiros combatentes da liberdade dos falsos combatentes da liberdade do regime.

(...)

A nossa luta é uma luta popular, e dispõe de um vasto apoio entre as largas massas do povo do Zimbabwe. Contamos com um exército bastante grande, que se eleva a milhares de soldados. Sem o apoio das massas, seria bastante difícil manter um exército com estas dimensões. Recebemos alimentação, vestuário e qualquer outro tipo de assistência de que necessitamos das massas. Alguns governos consideram um encargo pesado manter um exército com metade do tamanho do nosso. Mas nós podemos manter este exército devido ao apoio que recebemos das largas massas populares.»

P.: **«Muitos zimbabwes combatem no exército do regime de Smith. Porquê. Qual é a atitude do ZIPA em relação a eles? Alguns desses elementos estão a desertar para se juntarem aos guerrilheiros ?»**

D.M.: «É verdade que milhares de zimbabwes estão a combater no exército do regime racista. Isto deve-se à chantagem e ao recrutamento obrigatório. As pessoas são levadas, por meio de chantagem, a servirem o regime de Smith, em busca de segurança social. Elas pretendem garantir a segurança das suas famílias. Elas querem arranjar uma maneira de ganhar a vida e, como todas as outras oportunidades de emprego lhes estão negadas não têm qualquer alternativa senão servir no exército racista. Tornou-se também claro, ultimamente, que o regime de Smith está na verdade a recrutar à força africanos para o seu exército.

A atitude do ZIPA é que aqueles que se juntam ao exército de Smtih são zimbabwes desviados. Eles precisam de ser duplamente libertados. Em primeiro lugar, precisam de ser libertados da opressão nacional. Eles são oprimidos, tal como qualquer outro zimbabwe. Em segundo lugar, precisam de ser libertados da opressão que sofrem dentro do exército racista. Eles ocupam uma posição de inferioridade dentro do exército racista. Por isso, simpatizamos com eles. A nossa luta é para libertar todos os zimbabwes que hoje são oprimidos no Zimbabwe. Recentemente o número de desertores do exército racista que se juntaram às fileiras do ZIPA atingiu proporções astronómicas. Centenas e centenas vêm para as nossas fileiras. Alguns deles com as suas armas.»

P.: **«Como define o ZIPA o inimigo? Qual é o alvo das balas dos combatentes da liberdade ?»**

D. M.: «Uma compreensão clara do carácter da nossa sociedade, da natureza da nossa revolução e da contradição fundamental da nossa sociedade é essencial para a definição do inimigo. A nossa sociedade é essencialmente uma sociedade colonial, e como tal nós temos que desencadear uma revolução nacional democrática para derrubar a opressão colonial. Esta revolução nacional democrática servirá para resolver a contradição fundamental no Zimbabwe, que se caracteriza pela dominação e opressão da vasta maioria do povo do Zimbabwe por um clique minoritário, racista e reaccionário de brancos. Com base nisto, podemos afirmar que todos aqueles que se opõem à libertação e à independência do Zimbabwe são nossos inimigos. Isto compreende o regime racista de Smith, as potências imperialistas que o apoiam, os fantoches africanos ao serviço do regime de Smith e todos aqueles que se opõem à independência do povo do Zimbabwe. O alvo das balas dos combatentes da liberdade é o sistema de exploração, as empresas capitalistas e o pessoal armado que serve para o perpetuar.

(...)

Não somos racistas! Não combatemos contra o regime de Smith, por causa deles serem brancos. Combatemos contra o sistema que eles estão a perpetuar e defender. Se alguns zimbabwes se unirem na opressão do povo do Zimbabwe, considerá-los-emos da mesma maneira, e não faremos qualquer distinção com base na cor da pele.»

1977

ANO DO 1.º CONGRESSO DO MPLA
DA CRIAÇÃO DO PARTIDO
E DE PRODUÇÃO
PARA O SOCIALISMO